

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC n.º 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, n.º 9 1249-087 Lisboa

A mensagem de Natal da Presidente é um elogio eloquente e sincero dos valores familiares e da esperança no futuro



Destaques:

“Em fase da vida em que tudo é incerto, a família não pode ser fragilizada; e agredi-la é perigoso e inaceitável!”

Na Mensagem de Natal da Presidente

Secretário-Geral define posição de concordância e solidariedade com a mensagem de fim-de-ano de Cavaco Silva

Em “Actividades do PSD”

«...Em vez de governar, o que lhe exigiria coragem, o eng. Sócrates queixa-se, o que lhe exige um comprovado vazio de ideias e uma boa dose de arrogância»

Em “A Opinião dos Outros - II”

A mensagem de Natal da Presidente é um elogio eloquente e sincero dos valores familiares e da esperança no futuro



Na altura do Natal, a Presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, através da Televisão, dirigiu aos Portugueses a sua mensagem de Natal, dizendo:

Está a terminar um ano muito duro, pelas graves dificuldades e económicas que todos sentimos e que põem em causa as nossas perspectivas de desenvolvimento.

Mas a nossa vida também tem de ter espaço para os bons momentos e para o calor humano. Por isso o nosso pensamento está hoje, no Natal, e em tudo o que isso significa.

É uma época em que se celebra esse núcleo essencial na estrutura da nossa sociedade, que é a família.

É sobretudo no seio da família que se educam as crianças, se formam os jovens e se amparam os mais idosos.

Nunca será demais realçar a sua importância na coesão social necessária ao progresso que todos desejamos.

E é nas épocas em que por vezes julgamos que tudo se desmorona à nossa volta, que ganham especial importância os laços de solidariedade, de afecto e de apoio, que podemos encontrar na família, se a soubermos construir.

É por isso que em fase da vida em que tudo é incerto, a família não pode ser fragilizada; e agredi-la é perigoso e inaceitável. Pelo contrário, deve merecer de toda a sociedade, empresas, políticos e outras organizações, todo o apoio para que se fortaleça e para que seja respeitada.

É preciso criarmos todas as condições para que os jovens casais queiram ter filhos e se revejam nas suas famílias como a principal fonte de transmissão de amor e de afectos que hão-de orientar o desenvolvimento das crianças.

O Natal lembra-nos o especial Dever de compreensão e ajuda. Não é o tempo de egoísmos e vaidades, ditados pelo desprezo das condições de cada um.

Sabemos que os tempos têm de ser de coragem e determinação, para as famílias portuguesas; e de fortalecimento dos laços de Solidariedade entre os grupos de todas as gerações.

Mas também sabemos que terão de se abandonar orgulhos inúteis, e substituí-los por atitudes de humildade e compreensão, em nome do bem comum.

Natal é tempo de alegria, Amor e olhos virados para o Futuro, com a confiança de que é possível deixarmos aos nossos filhos, tudo aquilo que justamente ambicionamos.

Desejo sinceramente a todas as famílias portuguesas, um Santo Natal e um Bom Ano de 2010 - *Aud. Vis./PSD e Redacção PL*



No jantar de Natal do grupo parlamentar a “líder” social-democrata desmascara atitude de “chantagem política” do Governo

A presidente do PSD acusou hoje o Governo de ter adoptado uma atitude de "chantagem política" e de "quase desafio" ao Presidente e ao Parlamento, que pode levar "ao desmoronar total das instituições".

Manuela Ferreira Leite falou no início do tradicional jantar de Natal do grupo parlamentar do PSD, na Assembleia da República, num discurso muito crítico em relação ao primeiro-ministro, José Sócrates, que acusou de ter "um projecto de poder pessoal".

"Perante a situação do país, o Governo, em vez de optar por uma governação empenhada e corajosa, tendo em conta os interesses do país, optou por centrar o seu discurso na governabilidade, na chantagem política, na vitimização, e quase num desafio às instituições de soberania como o Presidente da República e a Assembleia da República", declarou a presidente do PSD.

"Como resultado desta opção, estamos a assistir ao desmoronar total das instituições, ao seu descrédito, o que vai desde as empresas públicas até à Administração Pública ou à justiça", acrescentou.

Segundo Manuela Ferreira Leite, as instituições estão num "descrédito como há memória de ter alguma vez acontecido".

"O PS tem de centrar as suas preocupações e as suas políticas nos problemas das pessoas", prosseguiu.

A presidente do PSD defendeu que, apesar da maioria relativa no Parlamento, o Governo tem legitimidade e condições para governar, declarando: "O que foi eliminado, o que acabou, isso sim, foi a possibilidade de o país andar ao sabor das conveniências do engenheiro Sócrates e do PS".

"O Governo tem de explicar os objectivos das suas decisões e os seus fundamentos têm de ser escrutinados. Isto não é estar impedido de governar. É estar impedido, sim, de não olhar a meios ou de os encobrir para atingir os fins", reforçou.

Manuela Ferreira Leite declarou ainda que "o país não suporta mais desperdícios, mais compadrios ou mais manobras de diversão" e antecipou "uma legislatura duríssima, quer pela dificuldade dos problemas, quer porque se tem consciência de que a situação não comporta mais erros nem mais vaidades guiadas pela ambição de um projecto de poder pessoal".

Manuela Ferreira Leite considera “bastante positivo” um Congresso extraordinário antes das “directas”

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, considerou, perto do fim do ano passado, “bastante positivo” que antes das eleições directas para a liderança social-democrata haja um congresso extraordinário para “discussão e reflexão”, como pretende Pedro Santana Lopes.

De acordo com o semanário Sol, Pedro Santana Lopes está a reunir as 2.500 assinaturas de militantes do PSD necessárias para a convocação de um congresso extraordinário antes das próximas eleições directas.

Questionada pelos jornalistas, no final de um debate promovido pelo Instituto Francisco Sá Carneiro sobre o futuro do PSD, Manuela Ferreira Leite disse ter sido informada por Pedro Santana Lopes dessa recolha de assinaturas com o objectivo de convocar um congresso extraordinário antes das directas.

“Acho que é um belíssimo momento para ser um forum de debate muitíssimo importante antes das eleições directas, que é aquilo que ele pretende. Portanto, considero que é bastante positivo que haja um momento de debate entre os militantes tão útil e tão profícuo quanto, por exemplo, este a que acabámos agora de assistir”, considerou a líder social-democrata.

Manuela Ferreira Leite acrescentou que não vai assinar o requerimento do ex-primeiro-ministro e ex-presidente do PSD, por entender que não lhe compete ter essa participação mas reforçou que está de acordo com a ideia.

“Acho que é um momento de discussão e de reflexão, sem ser um congresso na óptica das eleições, que pode ser muito útil para o partido”, disse.

Por decisão do Conselho Nacional do PSD, as eleições directas para a liderança social-democrata estão previstas para depois do debate e da votação do Orçamento do Estado para 2010. - PL

Secretário-Geral define uma posição de concordância e solidariedade com a mensagem de fim-de-ano de Cavaco Silva



O PSD subscreveu hoje a “denúncia” feita por Cavaco Silva no seu discurso sobre a “crise de confiança dos portugueses na justiça”, aplaudindo também o apelo do Presidente da República (PR) ao desenvolvimento de uma “cultura de responsabilidade”.

Em declarações aos jornalistas na sede do partido, em Lisboa, o secretário-geral social-democrata, Luís Marques Guedes, afirmou que a mensagem de Ano Novo de Cavaco Silva abordou “de forma directa aspectos que têm sido centrais na crítica que o PSD faz à actual situação política” do país.

De entre as questões “particularmente caras” ao PSD focadas pelo chefe de Estado, Marques Guedes destacou a referência à “crise de valores” - como os valores da família, a ética e a confiança na justiça - e apontou o Governo socialista como o seu responsável.

“Obviamente que não podemos estar mais de acordo com o que foi denunciado pelo Presidente da República – a crise de confiança dos portugueses na justiça. É uma crise que, se não for debelada, afecta não apenas os pilares essenciais do Estado de Direito como o próprio funcionamento da economia”, afirmou.

Para o secretário-geral do PSD, é fundamental que todos os partidos, do Governo e da oposição, partilhem a “cultura de responsabilidades” referida por Cavaco Silva, e considerou que este é o instrumento necessário “para fazer frente à situação muito difícil em que o país se encontra”.

Marques Guedes sublinhou que esse apelo servirá para, “aproveitando o Orçamento do Estado, assumir políticas públicas” que permitam reduzir a dívida externa e o défice público e, por consequência, fazer crescer a economia portuguesa e combater o desemprego.

Questionado sobre eventuais acordos entre o partido e o PS, o responsável afirmou que o PSD está “sempre disponível para defender o seu entendimento do interesse nacional”, sempre que este o exigir.

Sobre a reacção do PS à mensagem de Cavaco Silva – durante a qual o líder parlamentar socialista, Francisco Assis, acusou a oposição de fazer um “ajuste de contas” neste início de legislatura –, Luís Marques Guedes disse tratar-se de “sacudir água do capote e tentar encontrar bodes expiatórios”.

Em vez de o fazer, acrescentou, o Executivo devia “tentar governar o país”, já que “tem todas as condições” para o fazer.

A situação no Oeste discutida hoje, na AR, por iniciativa do PSD

O líder parlamentar do PSD, Aguiar Branco, na segunda-feira, requereu para hoje um debate de urgência para discutir a “resposta das autoridades” às consequências da intempérie que afectou a Região Oeste a 23 de Dezembro.

No requerimento, o líder parlamentar social-democrata argumentou que a “gravidade da situação económica e social que resultou desta catástrofe natural exige uma intervenção adequada e tempestiva das autoridades do país”.

No passado dia 24, Aguiar Branco admitiu que o partido poderia pedir ao Governo que seja declarado o estado de calamidade para os concelhos da região Oeste, depois de visitar as zonas mais afectadas.

“Actividade agrícola destruída, habitações destelhadas, empresas, instituições públicas e privadas afectadas gravemente na sua laboração normal, são alguns dos resultados práticos da situação extraordinária que se viveu naquela madrugada”, salientou Aguiar Branco, no requerimento.

O pedido foi hoje entregue na Assembleia da República e será apreciado na conferência de líderes de terça-feira.

Para o deputado, a situação “foi ainda agravada pela dificuldade demonstrada na reposição do abastecimento de água e electricidade a muitas localidades de toda a região Oeste”.



"Mais uma vez o primeiro-ministro fingiu que vive num país que não é o nosso" José Pedro Aguiar-Branco comentou mensagem de Natal do Primeiro-Ministro

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, os Deputados do PSD eleitos pelo Distrito de Aveiro e o Vice-Presidente José Eduardo Martins, que tutela a área do ambiente na bancada social-democrata, visitaram hoje a Marginal do Furadouro em Ovar.

Em declarações à imprensa, durante a visita, José Pedro Aguiar-Branco teceu alguns comentários à mensagem de Natal do Primeiro Ministro. Para o líder parlamentar do PSD, José Sócrates fingiu “viver num país que não é o nosso” e não conseguiu dirigir aos portugueses “uma palavra forte de esperança” às largas centenas de milhares de

desempregados.

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD referiu que "em matéria de desemprego [o Primeiro Ministro] não deixou uma palavra forte de esperança para os mais de 500 desempregados que todos os dias têm a infelicidade de cair nessa chaga social".

Aguiar-Branco entende que o Primeiro Ministro deveria ter deixado uma mensagem de esperança aos Portugueses e "essa esperança devia ser, para todos os portugueses, que o governo começasse a governar, começasse a resolver os problemas prioritários que o país tem, começasse a criar condições para que as empresas tenham hipótese de manter e criar novo emprego, que é o principal desafio que em 2010 vamos ter".

O líder Parlamentar do PSD defende que espera que o Governo concretizem, em 2010, um "investimento público de proximidade, aquele que de imediato possa ajudar as pequenas e médias empresas a encontrarem trabalho".

Sobre o Orçamento do Estado para 2010, Aguiar-Branco espera que o Governo "concentre todas as suas energias e competências para fazer um Orçamento de Estado para 2010 com condições para ser viabilizado na Assembleia da República", no quadro da maioria relativa e que chegue a "consensos na Assembleia da República".

Aguiar-Branco espera que "o Governo comece a governar e que comece por aquilo que deve, que é apresentar um Orçamento de Estado em condições de ser viabilizado na Assembleia da República".

PSD apresenta no Parlamento uma alternativa legislativa ao casamento entre homossexuais

O líder parlamentar social-democrata, Aguiar-Branco, anunciou hoje que o PSD vai apresentar no Parlamento um projecto de lei para criar a figura da união civil registada entre homossexuais, como alternativa ao alargamento do casamento civil.



Aguiar-Branco anunciou também que, apesar de não

promover um referendo sobre esta questão, o PSD viabilizará uma eventual petição pública com esse objectivo que seja submetida ao Parlamento.

Estas decisões foram tomadas pela Comissão Política Nacional do PSD, referiu.

"O Governo prepara-se para aprovar o casamento entre pessoas do mesmo sexo e eu queria aqui anunciar a posição do PSD: Nós iremos apresentar uma proposta alternativa, um projecto de lei de união civil registada entre pessoas do mesmo sexo", declarou José Pedro Aguiar-Branco aos jornalistas, no Parlamento.

"Não tomamos a iniciativa de promover um referendo, sendo que não deixaremos de o viabilizar se surgir na Assembleia da República uma petição pública com esse objectivo", acrescentou o líder parlamentar social-democrata.

Quanto aos termos do projecto de união civil registada entre homossexuais que o PSD apresentará, Aguiar-Branco apenas antecipou que "salvaguarda que precisamente que a possibilidade de adopção não fica abrangida neste tipo de relação".

O PSD votará contra o alargamento do casamento civil aos homossexuais, adiantou Aguiar-Branco: "Se temos um projecto alternativo, significa que não acolhemos a proposta do Governo, como é óbvio".

Questionado sobre os motivos que levam o PSD a propor a criação de uma figura diferente do casamento para os homossexuais e sobre as diferenças entre a união civil registada e a actual união de facto, Aguiar-Branco remeteu a resposta a estas perguntas para o momento de apresentação do projecto.

O dirigente social-democrata disse que o projecto do PSD está pronto e

será divulgado "oportunamente", depois de ficar agendado pela conferência de líderes e o debate dos diplomas do Governo, BE e PEV para alargar o casamento civil aos homossexuais.

A próxima reunião da conferência de líderes foi na segunda-feira e o debate só poderá acontecer em Janeiro, porque a agenda do Parlamento para o final deste ano já está preenchida.

"O nosso projecto de lei estrutura uma relação de direitos e deveres que permite, a nosso ver, fazer com que fique salvaguardado o que é necessário ser salvaguardado nesse tipo de relação, mas que não é o casamento", acrescentou.

Questionado se os deputados do PSD terão liberdade de voto em relação a esta matéria, o líder parlamentar social-democrata respondeu que isso será analisado "na próxima reunião do grupo parlamentar".

Pedro Duarte revela que PSD vai propor à Comissão de Educação, nova ronda de audiências com Isabel Alçada

O PSD revelou no fim do Ano, que vai propor à comissão parlamentar de Educação uma nova ronda de audiências com a ministra Isabel Alçada e os sindicatos, face à ausência de acordo para o novo modelo de avaliação e carreira docente.



Em declarações à agência Lusa, o deputado social-democrata Pedro Duarte sublinhou que em consequência do projecto de resolução apresentado pelo seu partido, "registaram-se já grandes avanços na posição negocial, quer do Governo, quer dos sindicatos", no que diz respeito à "criação de um novo modelo radicalmente diferente do anterior", ao "fim da divisão da carreira entre professores titulares e não titulares" ou à "não penalização dos professores que contestaram o anterior modelo".

Face à "nova zona de impasse e de bloqueio nas negociações" causada pelas "limitações na progressão da carreira dos professores", Pedro Duarte adiantou que o PSD vai agir "de imediato" e propor "um conjunto de audições no Parlamento, com o ministério por um lado e com os diferentes sindicatos por outro".

Pedro Duarte disse acreditar que "com algum esforço e boa capacidade de diálogo se podem encontrar pontos de convergências entre as partes" e que esta proposta visa "contribuir de forma construtiva para uma solução para este impasse".

Depois de o Ministério da Educação ter enviado na segunda-feira aos sindicatos uma proposta final de "acordo de princípios" que elimina a divisão da carreira em duas categorias hierarquizadas, decorre ao longo de todo o dia de hoje uma ronda negocial entre ambas as partes.

A Federação Nacional de Educação (FNE), que se encontrou com a equipa liderada por Isabel Alçada, já afirmou que não vai assinar o acordo.

No documento, o Governo indica ainda que no próximo ano o número de vagas a abrir para aceder ao 3.º, 5.º e 7.º escalões permitirá a progressão de "pelo menos" 80, 50 e 30 por cento, respectivamente, dos candidatos estimados a cada um daqueles escalões.

Por outro lado, no âmbito da avaliação de desempenho, a observação de aulas mantém-se obrigatória para os professores que queiram aceder às classificações de "Muito Bom" e "Excelente" e passa a ser indispensável na passagem para o 3.º e 5.º escalões.

Quanto aos docentes avaliados com "Bom", mas que por falta de vaga não consigam aceder àqueles escalões, terão prioridade no ano seguinte, "imediatamente a seguir" aos professores classificados com "Muito Bom" e "Excelente", que progredem independentemente da existência de lugar.



Grupo Parlamentar do PSD “blindado” quanto a discussões internas no Partido



O líder da bancada social-democrata, José Pedro Aguiar-Branco, considerou que o grupo parlamentar do PSD "tem estado a marcar pontos" e está "blindado" em relação à discussão no partido.

No discurso que proferiu durante o jantar de Natal do grupo parlamentar do PSD, Aguiar-Branco deixou também um desafio ao Governo para que em 2010 "saiba, ao contrário do que aconteceu no passado, governar em harmonia" e "no respeito pelas competências de cada um dos órgãos de soberania".

Aguiar-Branco começou por referir que desde o início estabeleceu como "linha matricial" da sua liderança parlamentar fazer da bancada social-democrata "um referencial de estabilidade".

"Eu devo assegurar que o grupo parlamentar está coeso, unido e está absolutamente blindado quanto a quaisquer questões que possam colocar-se em termos de discussão interna do partido", acrescentou, no final da sua intervenção.

Numa avaliação dos primeiros meses desta legislatura, o ex-ministro da Justiça considerou que "há o reconhecimento geral de que há uma dinâmica muito forte deste grupo parlamentar".

Segundo Aguiar-Branco, há "um reconhecimento geral de que o grupo parlamentar do PSD nesta legislatura tem estado a marcar pontos e até tem estado a marcar a agenda".

"Eu diria até que hoje mesmo temos uma expressão disso quando o próprio PS, o próprio Governo, vieram marcar hoje mesmo o seu jantar de Natal, quicá receosos de que a agenda de hoje ficasse marcada pelo PSD", observou.

Aguiar-Branco disse ainda que "o reconhecimento" da prestação da bancada social-democrata "é bom de registar, quando no passado, algumas vezes, o grupo parlamentar do PSD não deixou alguns traços neste particular".

No discurso, o líder parlamentar do PSD voltou a contestar a "ideia de que há uma lógica de conflitualidade institucional".

"O Governo vê moinhos de conflito onde não há nenhum conflito, o que há é o exercício normal das competências da Assembleia da República; vê forças de bloqueio onde há a normal prática democrática", considerou.

A este propósito, o dirigente social-democrata declarou que "a Assembleia da República não tem de pedir desculpas ao Governo por exercer as suas competências, pelo contrário, o Governo é que em muitas circunstâncias tem de pedir autorização à Assembleia da República para poder levar algumas das suas competências a bom porto".

Aguiar-Branco declarou-se orgulhoso por "liderar este grupo parlamentar, tanto mais conta com o contributo de excelência da presidente do partido", Manuela Ferreira Leite.

Rangel considera que o PR deve envolver-se mais incisivamente na crise da Justiça

O eurodeputado social-democrata Paulo Rangel considerou na antes do Natal, que o envolvimento do Presidente da República na "crise da justiça" portuguesa "tem sido deficitário" e o PSD deve lutar por uma intervenção "mais forte" neste sector.

Durante um debate promovido pelo Instituto Francisco Sá Carneiro sobre o futuro do PSD, num hotel de Lisboa, Paulo Rangel defendeu, "a respeito da justiça",

que o seu partido tem "de encontrar uma resposta para a crise constitucional que está em aberto e que está com feridas enormes".

"Nós precisamos de uma reforma constitucional. Não falei aqui em revisão constitucional nenhuma a propósito do sistema político, não porque não ache necessária e útil, mas não acho urgente", referiu o ex-líder parlamentar do PSD, acrescentando: "No sistema de justiça, eu acho que nós precisamos de começar de cima."

"Essencialmente, nós precisamos de um envolvimento democrático do chefe de Estado – que, aliás, é uma das formas de resolver os problemas do nosso semi-presidencialismo nas questões da justiça. Eu devo, aliás, dizer, e digo-o aqui com todo o à-vontade de quem foi um apoiante indefectível, e é, do Presidente da República, que acho que, na questão da justiça, o seu envolvimento, mesmo com os poderes que tem actualmente, tem sido deficitário", considerou, em seguida, Paulo Rangel.

O eurodeputado concluiu que os sociais-democratas devem "lutar por uma intervenção na área da justiça mais forte, para que se possa procurar, neste momento, pelo menos, remendar a guerra civil que está instalada entre as várias profissões jurídicas e entre os cidadãos e a justiça".

No final do debate, questionado pelos jornalistas, Paulo Rangel ressaltou que esta sua posição "nada tem a ver com casos concretos", mas com o papel institucional que pode ter o Presidente da República "dada a crise que existe na justiça" em Portugal.

No seu entender, mesmo sem poderes constitucionais acrescidos, o Presidente "pode ter um papel de reunião com as diferentes profissões jurídicas que ajude, no fundo, a restaurar os laços de confiança" e "é natural que o chefe de Estado tenha uma intervenção maior, ou possa ter".

"Pode ter aqui um papel muito relevante no sentido de ajudar a ultrapassar a crise que se vive na justiça portuguesa", reforçou Rangel.



Demissão de Lopes da Mota de representante português na Eurojust, foi “a atitude adequada” e vem dar razão ao PSD

O líder parlamentar do PSD, José Pedro Aguiar-Branco, considerou hoje que a demissão de Lopes da Mota de representante português na Eurojust, aceite pelo ministro da Justiça, foi "a atitude adequada" e dá razão ao PSD.

O Conselho Superior do Ministério Público decidiu hoje suspender por 30 dias o procurador-geral adjunto Lopes da Mota, na sequência de um processo disciplinar por alegadas pressões sobre magistrados responsáveis pelo caso Freepport.



Na sequência dessa decisão, Lopes da Mota pediu a demissão de representante português na Eurojust, organismo europeu de cooperação judiciária, pedido que foi aceite pelo Ministério da Justiça.

“Acho que é a atitude adequada e vem ao encontro do que o PSD sempre defendeu como sendo a posição correcta”, declarou Aguiar-

Branco aos jornalistas, no Parlamento, questionado sobre a demissão de Lopes da Mota de membro da Eurojust.

“Devo registar que a demissão foi apresentada ao senhor ministro da Justiça, que a aceitou e que referiu que iria nomear outro representante. Isto significa que, tal como o PSD sempre disse, estava na esfera da competência do ministro da Justiça ter uma tomada de posição sobre esta matéria, o que no passado sempre foi recusado pelo senhor ministro da Justiça do anterior Governo”, acrescentou.

O líder parlamentar do PSD sublinhou que o seu partido sempre defendeu que competia ao ministro da Justiça “proceder à demissão do senhor procurador Lopes da Mota”.

“Hoje temos a confirmação por parte do Ministério da Justiça de que a posição do PSD, também nesse particular, estava correcta”, reforçou.

Aguiar-Branco ressaltou que a insistência por parte do PSD na demissão de Lopes da Mota da Eurojust não estava relacionada com “a situação, em concreto, do processo” que lhe foi instaurado, mas sim “com a imagem do Estado português no estrangeiro”.

PSD pede suspensão da Auto-Estrada A32, por motivos ambientais

O PSD apelou hoje ao Governo para que suspenda a auto-estrada A32 entre Coimbra e Oliveira de Azeméis por razões ambientais e apresentou um projecto de resolução com esse objectivo, para o caso de a construção prosseguir.

Em declarações aos jornalistas, no Parlamento, o deputado social-democrata Jorge Costa começou por referir que “a A32 é uma auto-estrada que está incluída na subconcessão que contempla a famosa auto-estrada rosa, a terceira auto-estrada Porto-Lisboa, contra a qual o PSD sempre se manifestou”.

“Verificou-se, entretanto, que há uma parte desta A32, entre Coimbra e Oliveira de Azeméis, que tem graves questões ambientais: divide a meio uma zona industrial no monte de Albergaria-a-Velha e destrói uma estação arqueológica no Monte de São Julião, na zona da Branca”, acrescentou.

Jorge Costa completou que, “por isso, invocando também estas razões, o PSD apresentou um processo de resolução que visa suspender o processo, hoje, no dia que é a data para entrega das propostas por parte dos concorrentes, num concurso que o Governo abriu pela segunda vez”.

O PSD quer que o processo seja suspenso “para que se possa estudar um outro traçado que não tenha estes prejuízos na zona da Branca e que vá ao encontro daquilo que as populações têm solicitado”.



“Isto, no caso o Governo persistir na sua intenção anunciada de avançar com esta auto-estrada, contra a qual nós estamos porque consideramos que não faz sentido uma terceira auto-estrada Porto-Lisboa”, ressaltou.

Independentemente do projecto de resolução do PSD, que terá ainda de ser agendado, Jorge Costa defendeu que “estão reunidas as condições para que, se o Governo o entender, proceder à suspensão” do processo “desde já”.

“Se o Governo não proceder dessa forma, faremos nós, através da Assembleia da República, porque sabemos que outras forças partidárias também acolheram as solicitações das populações”, concluiu o ex-secretário de Estado das Obras Públicas.

De acordo com Jorge Costa, “se as outras forças políticas forem coerentes com as posições assumidas no passado” haverá no Parlamento “uma maioria no sentido de suspender o traçado nesta zona”.

“O PS assumiu sempre uma posição dúbia nesta matéria, nuns casos disse que sim, noutros casos disse que não, como é seu apanágio. Em campanha eleitoral o primeiro-ministro disse-se disponível para acolher as pretensões das populações, mas o que é facto é que até ao momento o processo continuou”, disse.

PSD pede a Jaime Gama que patrocine a análise da execução económico-financeira das entidades que integram o Serviço Nacional de Saúde

O grupo parlamentar do PSD entregou ao presidente da Assembleia da República um requerimento para que Jaime Gama dê o seu “alto patrocínio” à análise da execução económico-financeira das entidades que integram o Serviço Nacional de Saúde pela UTAO.

“Torna-se relevante apurar a realidade económico-financeira do Serviço Nacional de Saúde, contendo toda a informação contabilística dos serviços e das entidades que integram o SNS”, diz o requerimento.

O PSD pretende assim que a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) analise a execução económico-financeira das entidades que integram o SNS, onde se incluem os hospitais, entidades públicas empresariais (E.P.E.) as administrações regionais de saúde, os hospitais do sector público administrativo e os serviços autónomos.

O requerimento pede ainda que os técnicos da UTAO analisem a despesa pública total em saúde “considerando a sua dispersão funcional e o valor total das dívidas a fornecedores e a terceiros”, com referência à última data com informação contabilística disponível.

O pedido é justificado com a dificuldade em realizar uma avaliação rigorosa das contas da saúde ao longo dos anos, citando deficiências no sistema de apuramento de contas apontadas pelo Tribunal de Contas, e com o crescimento das despesas acima do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos 15 anos, e acima da medida dos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Rosário Águas, uma das deputadas que assina o documento, apresentou na Assembleia da República na sexta-feira documentos que mostram uma evolução negativa das dívidas dos hospitais, citando o relatório da Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica.





De acordo com o documento, que mostra os números de Outubro, a dívida dos hospitais subiu para os 596,1 milhões de euros, o que representa uma subida de 36,9 por cento face aos valores de Janeiro. Em termos de demora nos pagamentos, o valor aumentou 47,4 por cento face a Janeiro, estando agora nos 286, ou seja, os hospitais públicos demoram, em média, 286 dias a pagar aos fornecedores da indústria farmacêutica.

Decompondo as dívidas, constata-se que os hospitais com gestão empresarial (EPE) são responsáveis por 485,7 dos 596,1 milhões, o que deixa as unidades de saúde com gestão tradicional (Sector Público Administrativo) com uma dívida total de 110,4 milhões de euros.

No que diz respeito aos prazos de pagamento, em Outubro os hospitais EPE demoravam 250 dias a pagar, enquanto os do SPA demoravam 336 dias a pagar aos laboratórios.

Na intervenção no Parlamento, a deputada social-democrata afirmou que a dívida revelada pela Associação dos Dispositivos Médicos era de 250 milhões de euros, e que os hospitais demoravam até 970 dias a pagar, estimando, por isso, que "o SNS deve 1.500 milhões de euros para além de 90 dias".

Posteriormente, o PSD anunciou que o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, já pediu à Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) para analisar as contas da saúde, na sequência do requerimento social-democrata.

"Acabámos de tomar conhecimento de que o presidente Jaime Gama deu razão ao PSD ao concordar com a urgência que nós pedimos para que as contas da saúde fossem analisadas pela UTAO", declarou aos jornalistas a vice-presidente da bancada social-democrata Rosário Águas.

De acordo com Rosário Águas, "o que o senhor presidente da Assembleia da República fez foi submeter à UTAO, com conhecimento à Comissão de Orçamento, esta prerrogativa que ele tem de ele próprio pedir uma análise, neste caso, às contas da saúde".

Na segunda-feira, o PSD requereu a Jaime Gama que submetesse à UTAO um pedido de análise das contas das entidades que integram Serviço Nacional de Saúde (SNS).

"Foi uma resposta em apenas dois dias úteis, o que comprova a importância que ele também atribui à análise desta matéria", considerou Rosário Águas.

"Só temos de ficar satisfeitos com a sua colaboração no sentido de se vir a apurar uma realidade que nos parece absolutamente determinante até para o Orçamento do Estado que aí vem", disse ainda a deputada do PSD.

A UTAO funciona junto do Parlamento e tem como competência fazer os estudos técnicos sobre a gestão orçamental e financeira das administrações e das empresas públicas que lhe sejam determinados pela Comissão de Orçamento e Finanças, submetidos pelo presidente da Assembleia da República ou por outras comissões parlamentares especializadas.

PSD considera que Eurostat aponta para um aumento do desemprego em Portugal

O PSD considerou que os dados internacionais hoje divulgados, e que apontam para um aumento do desemprego em Portugal, provam que "o plano anti-crise do Governo não tem sido eficaz" e "está atrasado".

Números do Eurostat hoje conhecidos apontam para uma destruição do emprego em Portugal 1,1 por cento, mais do dobro da diminuição verificada na União Europeia, na ordem de 0,5 por cento, no terceiro trimestre de 2009.

Por outro lado, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos



revelou hoje que a taxa de desemprego se agravou em Outubro no conjunto dos países da OCDE, fixando-se em 8,8 por cento, com Portugal a chegar aos 10,2 por cento.

"Estes dados não são surpreendentes. Vêm confirmar que o desemprego em Portugal atinge, segundo a OCDE, a quarta taxa de desemprego mais alta das chamadas economias desenvolvidas e aumentou bastante mais em Portugal do que nesta zona da OCDE", afirmou o vice-presidente da bancada do PSD Miguel Frasquilho, em declarações à Agência Lusa.

Para o deputado social-democrata, os dados hoje conhecidos provam que "o plano anti-crise do Governo não tem sido eficaz, quer porque não continha as alternativas mais adequadas para combater a crise económica quer porque está muito atrasado".

"No final de Novembro, segundo dados do ministro das Finanças, apenas 60 por cento desse plano anti-crise tinha sido executado, e estas eram verbas todas para 2009", sublinhou.

O deputado salientou que estas estatísticas demonstram ser necessária um reforço das medidas anti-crise.

"Foi nesse sentido que propusemos um plano com 10 medidas, das quais 7 ou 8 já foram aprovadas no Parlamento e espero que possam vigorar em 2010 de modo a minorar o efeito que a conjuntura económica tem tido sob o emprego em Portugal", afirmou.

Oposição aprova 11 medidas "anticrise", sobre o voto negativo do PS

No passado dia 27 de Novembro, a oposição conseguiu aprovar, na generalidade, 11 dos 13 diplomas com medidas "anti-crise" do PSD, CDS-PP e PCP, vencendo a maioria relativa do PS, que votou contra.

Entre as iniciativas aprovadas inclui-se o projecto de lei do CDS-PP para adiar para Janeiro de 2011 a entrada em vigor do Código Contributivo, e um projecto de resolução do PSD com o mesmo objectivo.

Também aprovadas foram iniciativas do PSD que alteram o IRC, extinguindo o Pagamento Especial por Conta (PEC), e recomendam ao Governo medidas de apoio à economia.

PSD questiona vantagem para o Estado do arrendamento de edifícios para a instalação dos serviços da justiça

O PSD entregou no passado dia 16, no Parlamento, um requerimento dirigido ao ministro da Justiça em que questiona se o arrendamento de edifícios para a instalação dos serviços da justiça foi a opção mais vantajosa para o Estado.

"Notícias recentes dão conta da existência de um parecer do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-estruturas da Justiça, de Setembro de 2005, que defendia a compra de edifícios em sistema 'leasing' para a instalação de serviços da justiça em vez de arrendamento, que foi a opção seguida pelo Ministério da Justiça", refere o requerimento do PSD.

No requerimento subscrito, entre outros, pelo líder parlamentar social-democrata, Aguiar-Branco, o PSD assinala que, segundo as notícias relativas àquele parecer, "o Estado pouparia cerca de 600 mil euros



por mês se tivesse optado pelo 'leasing', com a vantagem de, ao fim de quinze anos, os prédios passarem para a titularidade do Estado”.

O PSD pergunta ao ministro da Justiça se “confirma a existência do parecer do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-estruturas da Justiça, de Setembro de 2005, que aponta o arrendamento de edifícios como a pior solução” e se, “em caso afirmativo, poderá disponibilizar o respectivo texto”.

“Por que razão este parecer, que indicava a compra de imóveis em regime de 'leasing' como sendo a solução economicamente mais vantajosa, não foi seguido pelo Ministério da Justiça? O que justificou a opção por uma solução diferente da proposta?”, interrogam os sociais-democratas.

O ministro da Justiça, Alberto Martins, vai ser ouvido na Comissão de Assuntos Constitucionais do Parlamento na próxima segunda-feira.

Subscvem o requerimento do PSD, além de José Pedro Aguiar-Branco, os deputados Fernando Negrão, Teresa Morais, Agostinho Branquinho, Pedro Duarte e Luís Montenegro.

Os sociais-democratas recordam que o anterior ministro da Justiça, Alberto Costa, foi questionado pelo PSD sobre a opção, em concreto, pelo arrendamento do Campus da Justiça de Lisboa à Office Park Expo que, de acordo com o PSD, representa um custo de 1,568 milhões de euros por mês.

Na altura, Alberto Costa respondeu que o Estado iria poupar com a concentração de serviços que estavam dispersos por vários locais, muitos deles arrendados, num único edifício arrendado, escreve o PSD.

“Foi, contudo, pura e simplesmente omitida a existência do parecer do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-estruturas da Justiça” e “só agora, por força da comunicação social, se obteve conhecimento” desse parecer, criticam os sociais-democratas.

Governo faz “gestão comunicacional” quando deveria estar a governar

O líder parlamentar do PSD Aguiar-Branco, considerou que as críticas feitas pelo primeiro-ministro à atitude dos partidos da oposição, no Parlamento, foram “pura gestão comunicacional” e que “o Governo tem todas as condições para governar”.

Em declarações à agência Lusa, José Pedro Aguiar-Branco desvalorizou as declarações feitas no domingo pelo primeiro-ministro, José Sócrates, e instou o Governo a concentrar-se na governação.

No domingo anterior, o primeiro-ministro tinha acusado os partidos da oposição de terem recusado partilhar responsabilidades de Governo e agora tentarem “conduzir todas as políticas do país” no Parlamento, juntando-se em entendimentos “estranhíssimos”.

“Eu espero e desejo que o Governo tenha o sentido de Estado e de responsabilidade suficientes para compreender que a sua prioridade é governar e não fazer gestão comunicacional, que é o que essas declarações traduzem”, reagiu Aguiar-Branco.

Questionado sobre a ideia de que há entendimentos “estranhíssimos”, o social-democrata escusou-se a comentar: “Eu não contribuo para estar a criar cenários que não existem”.

Segundo o líder parlamentar do PSD, as críticas de José Sócrates enquadram-se numa “situação de pura gestão comunicacional, em que o Governo como vem de uma maioria absoluta ainda não encontrou o registo certo de se relacionar com a Assembleia da República”.

De acordo com Aguiar-Branco, “a Assembleia da República tem exercido as suas competências: por um lado, a de produzir legislação que ajude e que faça com que a governação seja melhor, por outro lado, a competência de fiscalizar e escrutinar os actos do Governo”.

“Não há nenhum clima que justifique esse tipo de declarações, por

isso é que eu digo que essas declarações se inserem numa pura gestão comunicacional e que não correspondem à prioridade que os portugueses desejam que este Governo tenha”, reiterou.

Aguiar-Branco defendeu que “o Governo tem todas as condições para governar, agora até acrescidas pelo facto de ter sido aprovado na Assembleia da República o orçamento rectificativo”.

“O Governo não deve desperdiçar energias com este tipo de declarações, deve concentrar-se na resolução dos problemas que afligem neste momento os portugueses: o combate ao desemprego, o apoio às empresas e, agora, também, a elaboração do Orçamento do Estado”, esforçando-se em elaborar um documento que “possa vir a ser viabilizado na Assembleia da República”, disse.

O líder parlamentar do PSD, José Pedro Aguiar-Branco, considerou hoje que o Governo deve concentrar as suas energias na elaboração de um Orçamento do Estado para 2010 que possa ser viabilizado no Parlamento.

Em declarações à agência Lusa, Aguiar-Branco desvalorizou as críticas do primeiro-ministro, José Sócrates, ao comportamento dos partidos da oposição no Parlamento, qualificando-as de “pura gestão comunicacional”.

De acordo com o líder parlamentar do PSD, “a Assembleia da República tem exercido as suas competências” e “o Governo tem todas as condições para governar, agora até acrescidas pelo facto de ter sido aprovado na Assembleia da República o orçamento rectificativo”.

“O Governo não deve desperdiçar energias com este tipo de declarações. Deve concentrar-se na resolução dos problemas que afligem neste momento os portugueses”, disse Aguiar-Branco.

“E agora, que estamos a cerca de quinze dias, três semanas da apresentação de um documento tão importante como é o Orçamento do Estado para o nosso futuro próximo, que o Governo concetre as suas energias e as suas competências em elaborar um documento que possa vir a ser viabilizado pela Assembleia da República”, acrescentou.

O vice-presidente do PSD acentuou a ideia de que “o Governo deve esforçar-se para que seja um documento, um orçamento que possa vir a ser viabilizado na Assembleia da República”.

Questionado sobre a disponibilidade do PSD para viabilizar a proposta de Orçamento para 2010, Aguiar-Branco respondeu que os sociais-democratas tomarão uma posição “em função do interesse nacional e em função do documento que vier a ser apresentado”.

“O documento que vier a ser apresentado é da responsabilidade do Governo. O Governo é que é o primeiro responsável pela estabilidade. Ele é que tem de, sabendo que não tem maioria absoluta na Assembleia da República, elaborar um orçamento que tenha condições para ser viabilizado”, reiterou o ex-ministro da Justiça.

“Nós desejamos, como sempre dissemos, que este Governo seja um Governo de legislatura. Tem condições para governar. É ele que tem a responsabilidade de elaborar o próximo Orçamento do Estado com condições para ser viabilizado. O PSD pautará sempre o seu sentido de voto e as suas decisões em função do interesse nacional e aguarda que o Governo tenha o mesmo sentido de responsabilidade, de Estado, e de olhar para o interesse nacional”.

Luis Menezes considera que Governo não desejou que a “Red Bull Air Race” se mantivesse no Norte

O coordenador dos deputados do PSD eleitos pelo Porto, Luís Menezes, considerou hoje que “não houve uma manifestação de vontade por parte do Governo” para que a Red Bull Air Race se mantivesse no Norte.

“As informações que temos são de que havia condições para que o evento se mantivesse no Porto e, por isso, não houve claramente uma manifestação de vontade por parte do Governo e dos responsáveis”, considerou Luís Menezes, a propósito da possível deslocalização da Red Bull Air Race para Lisboa.

“Nomeadamente o presidente do Instituto de Portugal, Luís Patrão,





que sempre se manifestou muito relutante em ver a prova a manter-se no Norte e obviamente o ministro da Economia de quem esperávamos outro tipo de atitude para com a região Norte", acrescentou o coordenador dos deputados sociais-democratas eleitos pelo Porto.

Luís Menezes revelou à Lusa que os deputados social-democratas portuenses estão a analisar "que investimento é que o Turismo de Lisboa vai fazer para ter o evento no rio Tejo e se será quase três vezes superior ao que as câmaras de Gaia e do Porto investiam anualmente para poder ter o evento a decorrer nas margens do Douro".

Considerou que "a grande questão que nós temos aqui é querer saber como é que este montante vai ser pago".

"Os deputados do Porto vão manter toda a atenção para saber como é que este protocolo será finalizado, quem vai pagar, como vai ser pago e que tipo de contrapartidas é que o Turismo de Portugal e o Ministério da Economia estão disponíveis para ter relativamente à região Norte", disse.

Sustentou ainda que o Norte "perdeu o maior evento turístico e de divulgação de toda a região e que tinha um impacto positivo na economia regional de cerca de 20 milhões de euros segundo um estudo da Faculdade de Economia do Porto".

O acordo, assinado na terça-feira pelo Turismo de Lisboa, em representação dos municípios de Lisboa e Oeiras, e a Red Bull Air Race, demonstra o "desejo de que uma prova do campeonato internacional se realize sobre o rio Tejo na área entre a Torre de Belém e a Ponte 25 de Abril em 2010".



O PSD na Europa



Eurodeputados do PSD propõem ao Governo activação do Fundo de Solidariedade da UE

O Eurodeputado Paulo Rangel, Coordenador dos Eurodeputados do PSD no Parlamento Europeu e Vice-Presidente do Grupo do Partido Popular Europeu enviou esta tarde uma mensagem ao Primeiro-Ministro português, demonstrando a disponibilidade dos Eurodeputados do PSD, para ajudar o Governo a obter junto da União Europeia a activação do Fundo de Solidariedade da UE para fazer face aos estragos das recentes intempéries na Região Oeste, designadamente no concelho de Torres Vedras.

Nesta missiva, Paulo Rangel chama a atenção do Primeiro-Ministro para o mecanismo existente e que até agora o Governo

ainda não tinha, publicamente, demonstrado intenção de o vir a utilizar.

O Fundo de Solidariedade da UE aplica-se caso os estragos rondem cerca de 900 milhões de euros correspondendo a 0,6% do RNB português. Segundo a Eurodeputada Maria da Graça Carvalho, mesmo que o valor dos estragos não atinjam este valor, o fundo "pode ser utilizado se a catástrofe natural causar prejuízos que afectem a maior parte da população da região em causa e tenha repercussões graves e duradoras para as suas condições de vida e a sua estabilidade económica." O Fundo pode ser mobilizado excepcionalmente para estes casos de catástrofes regionais extraordinárias.

O Fundo de Solidariedade é analisado pela Comissão do Orçamento do Parlamento Europeu, da qual fazem parte os Deputados europeus do PSD, José Manuel Fernandes e Maria da Graça Carvalho. No entanto, são os Estados Membros que têm competência para solicitar à Comissão Europeia a activação deste fundo, neste caso cabe ao Governo português, que terá de ser depois de ser aprovado pelo Parlamento Europeu.

Os Eurodeputados do PSD consideram que há margem dentro do Regulamento do Fundo de Solidariedade da UE (Regulamento CE 2012/2002) para Portugal usufruir deste apoio e mostram-se assim, disponíveis para

lutar no Parlamento Europeu pela aprovação de uma Resolução favorável a Portugal.

O Fundo de Solidariedade da UE é actualmente o instrumento financeiro em vigor para as situações de catástrofes naturais. Para melhor informação, juntamos em anexo o regulamento CE 2012/2002, chamando a atenção, e sem prejuízo da leitura do restante regulamento, em particular para o seu artigo 2.º, o qual estabelece as condições de aplicação do Fundo.

* Veja abaixo o link com informação da Comissão Europeia sobre este fundo, que inclui referência às alternativas existentes ao nível do financiamento comunitário, que poderá consultar em:
http://ec.europa.eu/portugal/temas/fundo_solidariedade_pt.htm - Correspondente

Regina Bastos defende novo mecanismo de microcrédito ao nível europeu

"A crise financeira e económica é igualmente uma crise social"

Numa das últimas Sessões Plenárias do Parlamento Europeu do ano passado, a Deputada europeia do PSD Regina Bastos, participou no debate que antecedeu a votação do Relatório sobre Instrumento de microfinanciamento europeu para o emprego e a inclusão social "Progress". Este instrumento foi esta manhã aprovado em primeira-leitura num processo de co-decisão entre o Parlamento Europeu e o Conselho.

Segundo Regina Bastos, este novo instrumento de microfinanciamento vai permitir a concessão de microcrédito "a pequenas empresas e a pessoas que perderam o seu emprego e queiram criar o seu próprio negócio e o seu próprio posto de trabalho." "Isto é muito importante num período em que se prevê que a crise económica resulte na perda de 3,5 milhões de postos de trabalho, só na União Europeia" afirma a Deputada do PSD.

Como consequência do abrandamento económico, os bancos deixaram de conceder empréstimos para a criação de empresas e de empregos e o acesso ao crédito está mais difícil numa altura em

que "deveria estar mais acessível." Na opinião da Deputada, este novo meio de microfinanciamento vai "contrariar esta tendência actual de restrição do acesso ao crédito, facilitando a obtenção dos fundos necessários para o lançamento de novas empresas e de novos empregos."

A proposta da Comissão Europeia visa reafectar 100 milhões de euros do orçamento do Programa "Progress" para este instrumento de financiamento. Intenção que a Deputada e o PE rejeitam, propondo em alternativa a criação de uma "rubrica orçamental separada para financiar este instrumento, assim como um aumento da dotação para 150 milhões de euros."

A terminar a Deputada mostrou a sua concordância com a necessidade de clarificar que o grupo-alvo são os grupos vulneráveis que têm dificuldades em ingressar ou reingressar no mercado de trabalho e que enfrentam a ameaça da exclusão social e defendeu ainda a necessidade de promover a formação junto das pessoas que terão acesso ao apoio financeiro. - Correspondente

O objectivo desta proposta é a criação de um instrumento de microfinanciamento europeu para o emprego, que visa dar aos desempregados a oportunidade de um novo começo e abrir caminho ao empreendedorismo. Este instrumento é destinado às pessoas que querem começar ou desenvolver uma microempresa, ou seja, uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 2 milhões de euros.

O novo instrumento de microfinanciamento europeu visa aumentar a oferta de microcrédito, a fim de fazer face à elevada procura no actual período de crise, designadamente por parte dos desempregados e de pessoas em situação vulnerável que pretendem iniciar ou desenvolver microempresas, mas que não têm acesso a créditos bancários "comerciais". Prevê-se que este instrumento fique operacional a 1 de Janeiro de 2010 e que vigore por quatro anos (até ao final de 2013).

A proposta da Comissão Europeia prevê um montante total de 100 milhões de euros para este instrumento, provenientes de uma



reafecção do programa "Progress", o programa comunitário para o emprego e a solidariedade. O relatório da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do PE, elaborado pela eurodeputada socialista húngara Kinga Gönöz, propõe que o financiamento europeu não provenha do "Progress", mas que seja criada uma rubrica orçamental separada para este instrumento. - *Gab. Imp. PPE*

Paulo Rangel reúne com novo Comissário Europeu para as Relações Institucionais

Paulo Rangel recebeu em audiência, em Estrasburgo, o Comissário indigitado com a responsabilidade pelas relações com as outras instituições europeias, Maros Sefcovic, da Eslováquia.

A reunião, realizada a pedido do Comissário, serviu para fazer um ponto da situação sobre o acordo-quadro entre a Comissão e

Parlamento, a ser negociado em Janeiro.

Paulo Rangel é o relator do Parlamento Europeu sobre o acordo-quadro "Framework Agreement". Trata-se de um acordo que tem uma importância decisiva depois da entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Em cima da mesa da reunião entre o Deputado europeu e o

Comissário indigitado esteve ainda a relação das instituições europeias com os parlamentos nacionais.

Paulo Rangel é o vice-presidente do grupo PPE com o pelouro das relações com os parlamentos nacionais tendo neste contexto apresentado recentemente a iniciativa "Agenda27" (proposta de instituição de um debate sobre o estado



da União a decorrer em simultâneo nos países da UE).

No final do encontro Paulo Rangel mostrou-se satisfeito e sublinhou que o novo Comissário mostrou uma visão que "valoriza muito o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais no quadro actual do Tratado de Lisboa." - *Correspondente*

Regina Bastos reúne com Durão Barroso a respeito da crise económica e social

Deputada do PSD recolhe contributos para a resposta à crise por parte do Parlamento Europeu

À margem da Sessão Plenária do Parlamento Europeu, a Deputada Europeia do PSD Regina Bastos, teve um encontro bilateral com o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, na qualidade de Vice-coordenadora do PPE na Comissão Especial sobre a Crise Financeira Económica e Social do Parlamento Europeu.

Nesta reunião foram discutidas as respostas à crise que se vive hoje na Europa e em todo mundo, com especial enfoque na questão do desemprego que "aumenta diariamente de forma muito preocupante", afirma Regina Bastos.

Segundo Regina Bastos, o Presidente da Comissão e ex-Primeiro Ministro de Portugal tem

um "visão transversal, mas muito profunda, de todas as variáveis que incidem sobre a nossa sociedade e sobre o nosso tecido económico" acrescentando ainda que Durão Barroso dispõe de "um manancial de informação como actualmente na UE e no mundo pouca gente terá, pelo que esta reunião foi muito útil e enriquecedora".

Como Vice-coordenadora do PPE na Comissão Especial sobre a Crise Financeira Económica e Social do Parlamento Europeu a Deputada do PSD tem a responsabilidade de coordenar, com os restantes grupos políticos, a condução dos trabalhos e as respectivas prioridades bem como o documento final a ser aprovado por esta Comissão. - *Correspondente*



Eurodeputada do PSD encontrou-se perto do Fim do Ano, em Estrasburgo, com a futura Comissária Europeia das Pescas, a grega Maria Damanaki

A Deputada Europeia, Maria do Céu Patrão Neves, relatora do Parlamento Europeu para o Livro Verde da Reforma da Política Comum de Pesca, comentou esta manhã as notícias que têm vindo a público acerca do Conselho Europeu de Pescas que esteve, no mês passado, a decorrer em Bruxelas.

Patrão Neves referiu que "o espectáculo mediático a que agora assistimos não é novidade, representando aquilo a que vulgarmente se alude como sendo o Carnaval de Dezembro. Todos os anos é assim! A Comissão Europeia avança com propostas drásticas de cortes para os TAC's e o Conselho negocia

compromissos políticos que resultam numa adulteração completa das propostas inicialmente apresentadas!"

A Eurodeputada considera que "a credibilidade da Política Comum de Pesca é muitas vezes colocada em causa quando observamos uma discrepância tão grande entre os TAC's propostos inicialmente pela Comissão e as decisões finais do Conselho, que na maior parte dos casos alteram em 15 %, 20% e em alguns casos até mais, as indicações da Comissão. Algo está a falhar neste processo."

Patrão Neves afirmou que "um sector tão importante como o das pescas tem que ser gerido de

uma forma bem mais credível e sensata, sob pena de continuar a definir nos próximos tempos. Os Governos vão-se vangloriar agora dos resultados que possam alcançar neste processo negocial, fazer manchetes nos jornais, mas depois os problemas estruturais e os estrangimentos do sector persistem e aí não vemos ninguém para ajudar os pescadores."

A Eurodeputada do PSD considera que é necessário "proceder a uma reforma profunda do sector das pescas, evitando que a vida de inúmeras famílias de comunidades pesqueiras se decida todos os anos em três dias de Dezembro. É preciso respeitar mais este sector e geri-

lo de forma mais conveniente numa perspectiva de médio longo prazo, para que os profissionais da pesca saibam com o que podem efectivamente contar!"

Patrão Neves concluiu dizendo que "o sector das pescas precisa de sangue novo e de reformas importantes. É necessário descentralizar a PCP e garantir mecanismos de microgestão que aproximem os profissionais da pesca do poder decisório. É ainda importante reflectir sobre novos outros modelos de gestão para além dos TAC's e quotas, ajustando-os às especificidades da pesca e das frota comunitárias" - *Duarte Marques, correspondente especial*

Mário David reúne com laureados do Prémio Sakharov 2009

O Deputado Europeu e Vice-Presidente do PPE, Mário David reuniu com os representantes da Associação "Memorial", laureada com o Prémio Sakharov 2009 para a Liberdade de Pensamento. Na reunião estiveram presentes Oleg Orlov, Sergei Kovalev e Lyudmila Alexeyeva, em representação da Memorial e de todos os outros defensores dos Direitos Humanos na Rússia. Os representantes da Memorial salientaram que "se encontram empenhados em desenvolver a Sociedade Civil e na promoção dos Direitos Humanos, desde a sua fundação há 20 anos". Afirmaram ainda que, ontem como hoje, continuarão a lutar pelos ideais de "Paz e Liberdade para todos no planeta".

Da parte do PPE, ouviram palavras de disponibilidade e de estímulo para a sua causa de Defesa dos Direitos Humanos. Mário David referiu que "a consolidação de um Sistema Democrático e o consequente respeito pelos Direitos Humanos na Rússia são a única garantia de Paz e estabilidade no Continente Europeu".

Pelo vigésimo primeiro ano consecutivo, o Parlamento presta homenagem às pessoas e organizações que lutam pelos Direitos Humanos e as liberdades fundamentais no Mundo através do Prémio Sakharov.

Concedido pelo Parlamento Europeu desde 1988, o Prémio Sakharov é atribuído a pessoas ou organizações que lutam pelo

Direito da liberdade de pensamento, o direito a ter convicções e de as exprimir.

Estes Direitos são o próprio fundamento das nossas liberdades individuais e colectivas. Quando se torna perigoso pensar de forma contrária ao poder instituído, a democracia não pode existir. Quando podemos morrer ou ser presos por exprimirmos a nossa oposição ao regime, é porque a ditadura ganhou.

O Prémio Sakharov simboliza o apoio do Parlamento Europeu àqueles que arriscam as suas vidas e a sua liberdade recusando-se a ficar no silêncio. É um dos instrumentos usados pela diplomacia parlamentar europeia para promover a democracia no mundo.

 Opinião

A opinião dos Outros (I)

Queixumes de Sócrates...

Constança Cunha e Sá (*)

Como se tem visto, nos últimos dois meses, o Governo minoritário do eng. Sócrates deixou pura e simplesmente de governar – uma tarefa, convenhamos, demasiado árdua que exige uma linha de rumo, uma definição de prioridades e umas tantas iniciativas de fundo que dêem corpo a estes nobres propósitos. Em vez disso, e com a notável excepção dos casamentos entre pessoas do mesmo sexo, o Governo tem compensado a sua notória inutilidade com um rol infindável de queixas sobre tudo o que o rodeia. Quando seria de esperar que o Governo se debruçasse sobre o desemprego ou sobre a catástrofe da economia doméstica, eis que este surge, qual vítima imaculada, envolto num permanente queixume sobre as mais diversas instituições do regime. Ou seja, em vez de governar, o que lhe exigiria coragem, o eng. Sócrates queixa-se, o que lhe exige um comprovado vazio de ideias e uma boa dose de arrogância.

Assim, às segundas-feiras, o primeiro-ministro e os seus principais acólitos queixam-se da oposição, uma oposição "irresponsável", perita em "coligações negativas" e noutra tipo de malfetorias. Às quartas, a queixa sobe até à Assembleia da República propriamente dita, um órgão que se quer substituir ao Governo através de 'orçamentos sombras' elaborados nas costas do povo da qual ela, curiosamente, emana. Por último, em qualquer outro dia da semana, o PS queixa-se, com uma veemência crescente, do Presidente da República, ora porque ele não intervém a mando do dr. António Vitorino, ora porque ele se pronuncia, a despropósito, sobre alguns problemas do país, como o desemprego, exorbitando manifestamente as suas limitadas competências, ora ainda porque a sua própria existência é um entrave às justas aspirações do chefe e do seu pequeno grupo de indefectíveis.

De tudo isto, poder-se-ia concluir, como parece concluir o PS, que as instituições democráticas, em Portugal, existem na exacta medida em que servem interesses obscuros que prejudicam o desenvolvimento do país, obstruindo de forma sistemática a acção gloriosa de um Governo que, curiosamente, se tem distinguido por não conseguir actuar.

Uma conclusão perigosa? Com certeza. Uma tese contraditória? Bastante. Uma estratégia com vista à antecipação das legislativas? Provável. Mas o que sobressai, acima de tudo, é o desnorte e a desorientação de quem só sabe governar sem qualquer tipo de escrutínio. - (*) *Jornalista* ©



A opinião dos Outros (II)

A palinódia

Vasco Graça Moura (*)

Em tempo de balanços, eu, pecador, me confesso. Pelas reacções exacerbadas de algumas criaturas que regularmente escrevem em blogs ou enviam uns comentários enxofrados para a redacção do Diário de Notícias, apercebo-me de que sou um sujeito de um reaccionarismo sem remédio, indigno de se exprimir em letra de forma, devendo até ser silenciado de vez neste jornal diário cujas quartas-feiras me obstino em conspurcar.

Para evitar o alvoroço destas contundências assim eriçadas em prol do saneamento sumário de quem tão mal opina, não me valeu de nada ter procurado agir com alguma moderação hebdomadária, usando de prudente e edulcorado estilo e pagando o preço de alguma insinceridade própria.

Porque eu, reconheço, nem sempre tenho sido cem por cento sincero na minha funesta execrabilidade. Por vezes, se acaso estava a pensar na "choldra" do venerando Afonso da Maia, mais me valia ter tido a coragem de falar logo em "canalha". E podia muito bem louvar-me em Guerra Junqueiro para falar de "um povo imbecilizado e resignado (...) que nem já com as orelhas é capaz de sacudir as moscas; um povo em catalepsia ambulante, não se lembrando nem de onde vem, nem onde está, nem para onde vai".

Depois, não foi lá muito brilhante só me terem ocorrido termos como "fraude", "traquibérnia" e outros sarcasmos de congruente quilate, sempre que ouvi o Governo, apaniguados e adjacentes a asneiar, ou a dizer e a prometer mundos e fundos enterrando-nos cada vez mais, ou sempre que os vi meter os pés pelas mãos e as mãos pelos pés, sem vergonha nem contenção, fosse no Parlamento, fosse perante as magistraturas, fosse na comunicação social.

O que eu devia era ter aplaudido essa vilanagem, ao menos por assumir a única transparência de ser tão igual a si mesma que já não engana nem convence ninguém.

E além disso, de pouco me valeu sustentar, em nome da mais elementar profilaxia e em obediência a um correspondente imperativo de higiene política, que o Governo devia ser derrubado o mais depressa possível.

Tudo isso é tão óbvio que eu não precisava de recorrer a uma formulação tão radicalmente fracturante que só serviu para carregar as visagens ofen-

didias de umas tantas harpias que para aí crocitam exultantes de socialismo, de par com baratas tontas e demais almas satisfeitas com o status quo.

Entretanto, ponderei. Fiz mal em convencer-me de que era mais do que tempo de o Presidente da República dar um pontapé nos fundilhos do Primeiro-ministro. Afinal, isso é o que o Primeiro-ministro mais deseja e tenta provocar todos os dias. Passei a alimentar a fundada expectativa de que Cavaco Silva não embarque em provocações e pantominas, mas sem deixar de manter o homem ao alcance da biqueira. "Just in case..."

Devo ainda reconhecer que não me valeu de nada ter afirmado que o Governo não valia a ponta de um chavelho e que Portugal se estava a tornar numa fossa nauseabunda, e muito menos ter tido a tentação de qualificar o estado a que isto chegou com uma comum palavra de cinco letras. Abstive-me desse vezo plebeu por meras questões de sensibilidade pituitária. Poderei sempre usar o eufemismo menos fétido de que o país está na perda.

Mas o certo é que cominei aos interessados que se besuntassem indiscriminadamente e não atentei em que o verbo reflexo "besuntar-se" pode ter conotações desagradáveis de chafurdação excrementícia, embora eu apenas tivesse em mente uma substância mais propriamente vaselínica, apontando ao massajar das ventas estanhadas com qualquer unguento benfazejo para aformoseamento, tanto dos rostos e das cútis, como das políticas hipócritas, dos erros crassos, das batotas escandalosas e das corrupções mal disfarçadas. Em tempos de palinódia, há que abandonar essa ideia primária de besuntação e pedir desculpa aos mais alérgicos por não o ter feito mais cedo. Afinal, o sucesso de um cronista faz-se de complacências discretas com a mundanal trepidação...

E assim, no começo de um novo ano fremente de promessas radiosas e de monumentais aldrabices e falhanços concomitantes, parece-me preferível transpor daquele plano superficial e epidérmico para outro, mais gustativo e entranhável. E passo a dizer: Com que então votaram nessa gente? Quiseram elegê-los? Gostam do resultado? Pois agora lambuzem-se! - (*) *Professor Universitário, escritor, comentarista ©DN*

A Opinião dos Outros (III)

Desesperados: pior do que isto parece impossível, mas é bom que os indígenas estejam preparados para situações ainda mais desgraçadas nos próximos tempos.

António Ribeiro Ferreira (*)



O partido do senhor presidente relativo do Conselho anda de cabeça perdida, desesperado e sem qualquer tino nos neurónios.

A ressaca das eleições de 27 de Setembro está agora bem visível e tem tendência para se agravar desgraçadamente até ao dia em que os indígenas o ponham na rua. Vai ser

difícil, mas nestes tempos natalícios é legítimo ter alguma esperança num desfecho feliz para tamanha desgraça. O alvo da fúria socialista é, como o foi no Verão, o Presidente da República.

O partido do senhor presidente relativo do Conselho não suporta que Cavaco Silva diga aos indígenas o que toda a gente pensa. Isto é, que as suas grandes preocupações são o desemprego galopante, o endividamento externo, a dívida pública e a falta de competitividade e produtividade, factores que impedem um crescimento económico saudável, única forma de criar emprego e aumentar o nível de vida dos indígenas que desgraçadamente vivem neste sítio cada vez mais pobre, deprimido, manhoso e obviamente cada vez mais mal frequentado. É óbvio que perante as desgraças sociais que abalam o sítio, a última preocupação de qualquer pessoa com um mínimo de sanidade seja a história dos casamentos entre homossexuais.

É evidente que numa situação em que aumenta a pobreza e há cada vez mais pessoas à beira do desespero, a última das preocupações deva ser a conversa fiada da regionalização. Pois bem. Indiferentes a tudo e a todos, na tentativa vã de esconderem o estado em que deixaram o sítio, os socialistas liderados pelo senhor presidente relativo do Conselho atiraram-se ao Presidente da República de forma desvairada para ver se o calam e desviam as atenções dos indígenas. Mas estão muito bem enganados.

A realidade, fria e dura, está aí à vista de toda a gente. Nem mesmo os mais ferozes optimistas já o conseguem ser. Restam os vendidos por uns pratos de lentilhas. Mas destes não rezará qualquer história. Foram miseráveis ontem, são-no hoje e assim continuarão. É por isso que este poder socialista, desesperado por ter perdido a maioria absoluta e pela desgraça que provoca todos os dias em milhões de indígenas, se atíça contra Cavaco Silva, o único referencial de seriedade. É por isso que neste Natal triste, desgraçado e quase sem esperança é legítimo pedir ao Menino Jesus que nos livre deste Mal. - *Jornalista, Grande Reporter CM, ©*

Artigo de Opinião (I)

A “máquina” a funcionar...

J. Pacheco Pereira (*)



A questão do situacionismo não é de conspiração, é de respiração.

E, nalguns casos, de respiração assistida. (Observemos o que se passou após o discurso de Ano Novo do Presidente da República - N.R.)

Mal acabou o Presidente de falar, a máquina começou de imediato a funcionar.

O Presidente fez uma intervenção fortemente crítica do governo. Onde o governo vê apenas problemas de percurso, o Presidente viu urgência e emergência. Onde o governo ignora a dívida, o Presidente nomeia-a como um grande problema nacional. Onde o governo (o Primeiro-ministro) anuncia boas novas para 2010, o Presidente previne para as dificuldades. Onde o governo fala de aumentar o investimento público, o Presidente fala de pôr cobro ao descontrolo das contas públicas. Onde o governo se prepara para avançar com o casamento dos homossexuais, o Presidente fala de distrações secundárias e valoriza a família. Tudo o que o governo valoriza, o Presidente secundariza ou ignora. Não podia haver maior contraste, e contraste mais evidente. Só por pura má fé e manipulação é que não se chega a esta conclusão, mas...

... a máquina transforma logo o discurso numa peça salomónica: o Presidente critica governo e critica oposição. Nalguns casos mais facciosos, o Presidente critica apenas a oposição e força-a a aprovar o Orçamento. Uma pequena palavrinha do Presidente é sempre iludida: este pediu à oposição para compar-

tipar no esforço de controlo orçamental, mas quem garante que o orçamento contém esse esforço de controlo? Ninguém, mas também ninguém quer saber do conteúdo do orçamento. A linha é: a oposição (na verdade o PSD) tem que apoiar o orçamento seja ele qual for. E se o orçamento prossegue e reforça as mesmas políticas que o Presidente acabou de criticar duramente?

É tão curioso ver a máquina a funcionar...

Sim, sou a favor de um “entendimento” no Orçamento! SE...

... existir "um plano credível para o médio prazo, de modo a colocar o défice do sector público e a dívida pública numa trajectória de sustentabilidade", como pede o Presidente. Ou seja, sem as loucuras dos grandes investimentos, sem a continuação da política de desastre que afundou o país na dívida e no descalabro orçamental, sem o continuo gastar "mais do que produzimos". Discutir o sim ou o não ao Orçamento sem cuidar do seu conteúdo, é participar numa chantagem sobre o PSD e a restante oposição. O Presidente não o fez, esclareceu os termos do que deve ser negociado. Repito: "um plano credível para o médio prazo, de modo a colocar o défice do sector público e a dívida pública numa trajectória de sustentabilidade". Ou seja, o Presidente não falou de qualquer Orçamento em abstracto, mas sim de um que corresponda aos interesses e aos problemas do país.

SE...

... como pede o Presidente, se fizerem escolhas orçamentais que tenham a ver com estes factos:

"Os dinheiros públicos não chegam para tudo e não nos podemos dar ao luxo de os desperdiçar.(...) Nas circunstâncias actuais, considero que o caminho do nosso futuro tem de assentar em duas prioridades fundamentais. Por um lado, o reforço da competitividade externa das nossas empresas e o aumento da produção de bens e ser-

viços que concorrem com a produção estrangeira. Por outro lado, o apoio social aos mais vulneráveis e desprotegidos e às vítimas da crise.

É uma ficção pensar que é possível conseguir uma melhoria duradoura do nível de vida dos portugueses sem o aumento da produtividade e da competitividade da nossa economia."

SE...

... se combater a "situação explosiva" que o Presidente enuncia como sendo esta:

"A dívida do Estado tem vindo a crescer a ritmo acentuado e aproxima-se de um nível perigoso. O endividamento do País ao estrangeiro tem vindo a aumentar de forma muito rápida, atingindo já níveis preocupantes. Acresce que o tempo das taxas de juro baixas não demorará muito a chegar ao fim. Se o desequilíbrio das nossas contas externas continuar ao ritmo dos últimos anos, o nosso futuro, o futuro dos nossos filhos, ficará seriamente hipotecado. Quando gastamos mais do que produzimos, há sempre um momento em que alguém tem de pagar a factura.

Com este aumento da dívida externa e do desemprego, a que se junta o desequilíbrio das contas públicas, podemos caminhar para uma situação explosiva."

SE...

... tudo isto for o pano de fundo do Orçamento, e estiver traduzido nas suas opções fundamentais, o PSD será o último a poder rejeitá-lo.

Mas SE o PSD assinar de cruz o Orçamento, como a enorme pressão que está a ser feita deseja, venha lá o que vier, venha lá a mesma política de suicídio que empurrou o país para esta crise, bem pode dizer adeus à oposição nos próximos anos. Todas as vezes que criticar uma política do governo, o PS lembrar-lhe-á que a aprovou no Orçamento, e o resto da oposição dir-lhe-á que não tem credibilidade para a criticar porque a aprovou nos idos de 2010. - (*) *Deputado do PSD, professor universitário, historiador*



Uma medida de diminuição de despesas estatais, rápida e segura e promotora de emprego

Deixem-me dar-vos uma ideia, que passará para cima ou não:

Suponha que a Seg. Social hoje recebe 1000 e gasta 200 com o desemprego.

O saldo é 800, certo?!

Imagine que dizem às empresas o seguinte: os saldos de criação líquida de empregos durante 2010, estão isentos de Seg. Social durante 5 anos.

As empresas não pagam portanto Seg. Social sobre os novos trabalhadores. Mas a SS continua a receber com 1000 e a gastar apenas, por exemplo, 100, ou 50. Entende? O saldo será de 900, ou 950.

Fácil, não é?

Esta é uma das medidas que eu lhe dizia que podia ser tomada em 24 horas e funcionar no imediato. A SS ficaria melhor, as empresas gastariam menos que antes, o desemprego diminuía e a economia crescia. Milagre dos pães? “Brain storming” apenas... - Rogério Barros Costa

Escândalo na DGCI – Director de Finanças de Lisboa foi alvo de saneamento político

Na segunda-feira, dia 13 de Dezembro, Manuel J S Marcelino foi vítima de saneamento político por parte do Sr. Director Geral dos Impostos.

Sob o pretexto da não confirmação da sua nomeação como Director de Finanças de Lisboa, na sequência da entrada em funções do novo Governo, Manuel Marcelino foi afastado das funções que exercia há cerca de 7 anos.

Manuel Marcelino, alto quadro da DGCI, com mais de 40 anos ao serviço do Estado foi nomeado por Manuela Ferreira Leite, enquanto Ministra das Finanças.

Visto como próximo do PSD em virtude de ter exercido funções de Chefe de Gabinete de Manuel Dias Loureiro, enquanto Ministro da Administração Interna, o referido quadro da DGCI era incómodo para o actual Director Geral dos Impostos, não aceitando reduzir-se a um mero yes-man, nem a fazer favores ou “jeitos”.

É partilhado pela generalidade dos funcionários da Direcção de Finanças de Lisboa, um sentimento de revolta e indignação pelo afastamento de Manuel Marcelino, pessoa extremamente exigente e dura, mas justa, honesta e competente. Alguns Directores Adjuntos já apresentaram pedidos de transferência indicando não estarem dispostos a manter-se em funções com o novo Director nomeado.

Só motivos políticos justificam o afastamento de Manuel Marcelino: um dos melhores quadros da DGCI, em Outubro a Direcção de Finanças de Lisboa já havia cumprido os respectivos objectivos traçados para 2009!

Não interessa o mérito mas a cor política. Os objectivos são mera operação de cosmética.

A justificação apresentada pelo gabinete do Director-Geral além de falaciosa, demonstra grosseiro desconhecimento do funcionamento orgânico e legal do sistema fiscal português: decisão das reclamações gratuitas demorar cerca de 90 dias, por a cobrança fiscal no distrito de Lisboa estar 14% aquém dos respectivos objectivos.

A lei estabelece um prazo máximo de 6 meses para a decisão dos procedimentos de reclamação. Ora 90 dias é um prazo bastante razoável, sendo o mesmo prazo partilhado pela generalidade dos distritos, quando inclusivamente há menos de um ano a pendência média era de 1 ano. Para além disso há que considerar que o número de reclamações em Lisboa, por funcionário, é cerca de o dobro dos restantes distritos, dado o elevado número de contribuintes inscritos no distrito.

Quanto à cobrança da receita fiscal a mesma não é objectivo da Direcção de Finanças, mas dos Serviços de Finanças (antigamente designadas Repartições de Finanças), já que os Chefes dos Serviços de Finanças, que em verdade se diga são nomeados pelo Sr. Director Geral dos Impostos, são os únicos com competência legal nas execuções fiscais. Os Directores de Finanças não têm qualquer competência legal para o processo de execução. E já agora se refira que alguns Serviços de Finanças de Lisboa têm objectivos de cobrança superiores aos objectivos totais de cobrança para todos os Serviços de Finanças de alguns distritos.

Já agora deveria ser revelados aos contribuintes quanto custam as medidas como as operações resgate fiscal, da autoria do actual Director Geral dos Impostos, em que são pagas a alguns funcionários horas extraordinárias principescas para fazerem o que outros funcionários fazem a troco do seu salário normal. Mais, para a comunicação social é dito que tais medidas geram enormes receitas. Contudo, não é revelado que no cálculo do resultado das operações se encontra a cobrança que já era arrecadada sem as operações de resgate fiscal.

A verdade é que Manuel Marcelino era incómodo para o actual Director Geral dos Impostos: não partilhava as suas ideologias políticas, funcionário de carreira, dedicado, conhece muito bem a DGCI (tendo inclusivamente exercido as funções de adjunto de Pombo Cruchinho, quando o mesmo foi Director Geral dos Impostos) e os seus quadros, não aceitava pressões, frontal, directo e com grandes conhecimentos nas diferentes matérias da fiscalidade, sempre disposto a ajudar qualquer funcionário que a ele se dirigisse com qual dúvida ou questão.

O eterno respeito e gratidão dos funcionários da Direcção de Finanças de Lisboa merece-lhe esta justiça.

Um funcionário dedicado à casa durante quase toda a sua vida, não merece ser tratado desta forma vergonhosa. Grande mensagem se manda para os funcionários em início de carreira! - Jacinto Fraga, jtozeffraga@gmail.com

Preocupado com o rumo de Portugal sob o governo do PS

Estou preocupado com o rumo que o país está a levar, governado pelo PS. O PS está apostado em fazer tudo em que novas eleições sejam feitas antecipadamente. E porquê? Porque o PSD, com a situação de incerteza para o futuro dentro do partido, faz correr o PS para tentar uma nova maioria absoluta. O PSD tem de rapidamente estabilizar o seu futuro e deixar de existirem tendências intransigentes umas com as outras.

Se continuarem como no presente, o PSD poderá até diluir-se, porque perde o crédito dos seus apoiantes!

O PS está com uma avidez de eleições antecipadas, que só não vê quem não quer ver, para aproveitar a vossa incerteza no futuro. - *Correspondente identificado, identidade omitida a pedido*

Local

Notícias da Madeira

Liderança do PSD obriga a esforço de convergência, afirma Guilherme Silva



O deputado do PSD/Madeira na Assembleia da República, Guilherme Silva, em declarações ao “Jornal da Madeira”, espera que seja reposta, o mais rapidamente possível, neste início do ano, «a justiça da solidariedade constitucional, em matéria de Lei das Finanças das Regiões Autónomas».

De acordo com Guilherme Silva, «naturalmente que, com os

precedentes, mas vamos começar o ano a conseguir ultrapassar essa dificuldade com continuada perseguição por parte do Governo e do Partido Socialista. Mas, pronto, essa é uma responsabilidade política que o PS e o engenheiro José Sócrates continuam a assumir relativamente à discriminação que fazem à Madeira».

Quanto às directas no PSD, tema que marcou os títulos da imprensa no final de 2009, Guilherme Silva diz «esse é um problema que, particularmente, em relação ao PSD, deixou marcas muito negativas. E não vale a pena estar a escamotear a realidade. A questão, agora, é saber se há espaço político — digamos assim — para qualquer partido político que tenha optado pelas directas, neste momento, fazer marcha-atrás».

No caso do PSD, Guilherme Silva admite que seria possível, «pelo menos transitoriamente, alterar os estatutos, de forma a que os congressos não sejam esvaziados de interesses. Porque esta solução das directas, que leva à eleição antecipa-

da do líder em relação ao próprio congresso, é óbvio que retira ao congresso o entusiasmo que era posto na escolha do novo líder».

Em seu entender, «a questão poderá até parecer simples, mas não é. Porque trata-se de um processo eleitoral. E o processo eleitoral é prévio porque não se pode estar, cada um, nas suas terras, e nas suas secções a votar e no congresso ao mesmo tempo. Porque são directas».

Para Guilherme Silva, isto significa que: «ou é encontrada uma forma — com sistemas informáticos, com sistemas electrónicos — de permitir a quem vem ao congresso votar no congresso e permitir a quem não vem ao congresso possa votar nas suas secções e o resultado deste acto eleitoral poder coincidir com o fecho do congresso. No fundo, fazer uma actuação paralela, com o processo eleitoral e com o próprio desenvolvimento do congresso e dos debates, e da defesa das propostas dos candidatos. Caso contrário, vamos ter esta inversão do que é normal nos congressos

partidários, que é eleger-se o líder e depois ir-se discutir as suas propostas, que deveriam ser prévias à escolha. As directas não conseguiram resolver este problema»

O PSD, de acordo com Guilherme Silva, «está a passar um período difícil. Mas, o problema não é o PSD. O problema é o país. E o país precisa de uma alternativa consistente de Governo. E quer se queira, quer não, por muito mau bocado que o PSD esteja a passar, o PSD é o único partido de alternativa de poder, capaz de dar uma resposta aos problemas do país».

Conforme referiu o deputado social-democrata na Assembleia da República, «o PSD tem de passar este período mau, que já se arrasta há imenso tempo, e que tem sido este trucidar de direcções partidárias e que tem sido o desastre que se tem visto».

Candidaturas à liderança não são “feira de vaidades”

Na leitura que faz à situação interna do partido, em especial,



sobre as várias oposições entre sociais-democratas, Guilherme Silva recorda que «o PSD sempre foi um partido controverso, com um grande espaço, com divergência interna. Mas, em momentos eleitorais unia-se muito. Ultrapassava essas divergências e havia, realmente, um combate: “um por todos e todos por um”. E as últimas eleições, infelizmente, revelaram atitudes de membros responsáveis do PSD, em plena campanha eleitoral, que foram actos contra o partido, quer queiramos, quer não».

Guilherme Silva considera que «este é que é um sinal preocupante. Porque, nós sabemos que não há

organizações perfeitas, nós sabemos que é até saudável um espaço de divergência nas organizações. Mas também é certo que não há organização nenhuma, que vá a lado nenhum, se não mantiver fortes os denominadores comuns de convergência para combates essenciais. Isto aplica-se a todas as organizações e é muito mais, por força do combate político, num partido. E o PSD mostrou essa fraqueza, essa fractura nas últimas eleições. E é um sinal que é preciso ultrapassar e colmatar. E isso só se faz com o reforço da unidade. E nisso tinha razão o professor Marcelo Rebelo de Sousa quando colocava o problema de se fazer um reforço de convergência na escolha dos melhores. Porque, não se pode transformar as candidaturas à liderança do partido numa “feira de vaidades”, nós temos de ter o juízo bastante para nos irmarmos na escolha do melhor. E não temos conseguido isso, infelizmente».

Ataques a Cavaco revelam interesse do PS nas Presidenciais

A leitura que Guilherme Silva faz sobre a tentativa de envolver o Presidente da República no debate político é, utilizando as suas palavras, «muito simples». Em seu entender, «isto resume-se a esta

sofreguidão de poder que o PS e o engenheiro Sócrates têm que, apesar da situação minoritária em termos de Governo, querem a todo o custo recontar, também, a Presidência da República».

Nesse sentido, o deputado madeirense na Assembleia da República considera que se trata de «uma estratégia completamente visível, de desgaste do Presidente da República, pensando que isso poderá afectar a sua decisão de se recandidatar, ou que poderá afectar o sucesso da sua candidatura se a sua opção for a de se recandidatar. Penso que, neste momento, e nesta fase, é o que se resume sobre isto». - c/ agradecimentos ao “JM”

Capitania do Funchal emite aviso de mau tempo

A Capitania do Porto do Funchal emitiu na segunda-feira um aviso de agitação marítima forte, recomendando a todas as embarcações que tomem as devidas precauções, aconselhando mesmo as embarcações na costa Norte e costa Sul a Oeste do Funchal a permaneçam nos portos de abrigo.

Num comunicado assinado pelo capitão do Porto, o capitão-de-mar-e-guerra Pedro Manuel Filipe do Amaral Frazão informa ter rece-

bido do Instituto de Meteorologia de Lisboa, a situação geral do estado do tempo (vento e mar) para as orlas marítimas, para o arquipélago da Madeira.

De acordo com essa informação, o vento vai soprar de oeste a sudoeste, bonançoso a moderado, aumentando gradualmente para forte, enquanto a visibilidade será boa a moderada.

Já quanto à ondulação eram esperadas ondas de oeste de 2,5 metros a 3,5 metros, aumentando para 4,5 metros a 5,5 metros.

Na costa sul, o Instituto de Meteorologia previa ondas de sudoeste de 2,5 metros a 3,5 metros.

Esta agitação marítima levou a Capitania do Porto do Funchal a recomendar a todas as embarcações que tomem as devidas precauções, nomeadamente a permanecerem nos portos de abrigos todas as que estiverem na costa Norte e costa Sul a Oeste do Funchal.

Entretanto, os serviços de meteorologia prevêem uma melhoria do estado do tempo apenas a partir de hoje, em que deverão ocorrer aguaceiros e ventos. O vento deve chegar ao 120 quilómetros por hora (km/h), nas zonas montanhosas. Nas zonas mais baixas os ventos podem chegar aos 80 km/h.

A partir de amanhã, o tempo melhora. - *Lusa, Capº Funchal*

Notícias dos Açores

PSD propõe subsídio de insularidade para as forças de segurança na região

O grupo parlamentar do PSD/Açores apresentou uma anteproposta de lei, visando que “o subsídio de insularidade seja atribuído aos elementos da Polícia de Segurança Pública (PSP), da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia Marítima (PM) colocados na região”, sendo que “o montante do subsídio objecto do diploma é fixado em 10%, a serem pagos com a remuneração mensal e respectivos subsídios de férias e de Natal”, disse esta manhã Clélio Meneses.

O vice-presidente da bancada regional do PSD, que falava após uma reunião com a Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP) realizada em Angra do Heroísmo, afirmou que a medida “tem contornos da mais elementar justiça, uma vez que os elementos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), assim como os da Polícia Judiciária (PJ), já recebem esse complemento”, o que comprova “a importância destas forças presentes na região, a que se devem equivar as que referi, em termos

remunerativos”, explicou.

“O PSD dá uma importância fundamental às questões da segurança, que são cada vez mais centrais no âmbito das sociedades modernas, a cujo nível de desenvolvimento têm uma ligação clara”, explicou, adiantando que, “neste caso concreto, têm de ser tidas em conta as exigências especiais da nossa condição insular e arquipelágica, ainda mais quando consta que, por exemplo ao nível da PSP, seriam necessários cerca de 1300 agentes para que o serviço na região

fosse o mais adequado, conquanto os actuais quadros apresentem 960 profissionais”.

“Os custos acrescidos da insularidade estão previstos na Constituição, pelo que é uma obrigação do Estado a promoção de medidas que os atenuem”, disse o deputado laranja, referindo-se também ao facto de “os elementos das forças de segurança do Estado, colocados na ilha de Santa Maria, já receberem um acréscimo remuneratório, uma situação que resulta de circunstâncias específicas, pelo que estão naturalmente excluídos



do âmbito de aplicação deste diploma”, explicou.

Perda de direitos na área da Saúde

Também na área da saúde o PSD considera haver “uma tendência visível para a perda de direitos, nomeadamente por parte dos agentes da PSP, sendo que nos Açores isso é ainda mais acentuado pelos custos mais elevados da saúde na região, relativamente ao todo nacional”, considerou Clélio Meneses. A proposta social-democrata foi hoje entregue à assembleia legislativa açoriana, esperando os social-democratas que “sendo aprovada, chegará o mais brevemente possível à Assembleia da República”, concluiu o parlamentar. - *Gab. Imp. PSD Açores*

Notícias do Algarve

Deputados do PSD questionam Governo sobre o Hospital Central



Os deputados algarvios do PSD, Mendes Bota e Antonieta Guerreiro questionaram o Governo sobre o Hospital Central do Algarve, requerendo o ponto da situação de um processo que se vem arrastando ao longo dos anos, e que ainda não logrou sair do papel para a obra concreta.

Sobre o atraso passado, nesta como noutras obras fundamentais de que o Algarve continua a carecer, o Partido Socialista já foi duramente penalizado pelo que prometeu e não cumpriu. Agora, é tempo de remeter o contador a zero, e voltar a exigir responsabilidades ao novo executivo.

Estes deputados pretendem, neste início de mandato do XVIII Governo Constitucional, que este forneça informações sobre o calendário previsível, os custos do investimento, as especialidades de que disporá, os serviços que se propõe oferecer, o número de profissionais

de saúde, o enquadramento com as vertentes do ensino universitário e da investigação.

É um conjunto de 17 perguntas ao Governo, que a seguir se transcrevem na íntegra:

Das acções ou omissões, dos anúncios não concretizados, das obras atrasadas, prometidas ou não cumpridas, o anterior governo do Partido Socialista já foi severamente julgado e punido nas eleições legislativas de 27 de Setembro de 2009 pela população da Região do Algarve.

Ao iniciar-se uma nova legislação, e ao remeter-se a zeros o contador de avaliação da actuação governamental, a cargo do XVIII Governo Constitucional, importa fazer um ponto de situação de algumas das infra-estruturas fundamentais para o desenvolvimento sócio-económico do Algarve.

Entre essas infra-estruturas que são objectivos estratégicos da

Região, encontra-se o Hospital Central do Algarve o qual, começará a ser construído, quando já poderia estar a funcionar há vários anos. Trata-se, sem dúvida, da prioridade das prioridades do Algarve para servir, não apenas a população residente, com o afluxo de turistas que visitam a Região. Importa, pois, esclarecer desde já um conjunto de questões relacionadas com a obra e com o seu futuro funcionamento, conjugando a qualidade logística e dos recursos humanos, com a capacidade para responder às exigências de um serviço de saúde pública moderno.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regionais, vêm os deputados algarvios abaixo assinados requerer a V. Exa. se digne obter do Ministério da Saúde, resposta às seguintes questões:

1)- Qual a data prevista para o início e a conclusão da estrutura do

HCA, e em que data se prevê a sua entrada em pleno funcionamento?

2)- Qual o valor global máximo de investimento que o Estado estabeleceu para a parceria público-privada, equipamento e manutenção do edifício hospitalar, no total dos 30 anos da concessão?

3) Qual a data prevista para a adjudicação da concessão, cujo concurso se encontra a decorrer?

4)- Quais os consórcios que se apresentaram ao concurso?

5)- Quais os três consórcios candidatos que foram apurados da fase de pré-qualificação?

6)- Qual a área de influência da primeira linha do HCA?

7)- Quais as novas especialidades a oferecer pelo HCA, não existentes no actual Hospital Central de Faro?

8)- Está previsto no futuro HCA uma Unidade de Queimados?

9)- Está previsto no futuro



HCA um Hospital de Dia Pediátrico?

10)- Estão garantidos no futuro HCA os serviços de Cirurgia Cardio-Torácica e de Cardiologia Pediátrica?

11)- Como se irá enquadrar o Ensino da Medicina no futuro HCA?

12)- Como se irá enquadrar no futuro HCA a vertente da Investigação?

13)- Quantas camas terá o futuro HCA, discriminando as camas de cuidados paliativos, quantas salas operatórias, quantos gabinetes para consulta externa, quantos postos de hospital de dia?

14)- Qual o número de profis-

sionais de saúde previsto para cada Serviço?

15)- As várias especialidades irão apoiar o Serviço de Urgência, diariamente, 24 horas por dias, 365 dias por ano?

16)- Qual o número de cirurgias actual e anualmente realizado no Hospital Central de Faro, e quanto se espera venha a realizar no futuro HCA?

17)- Como se espera resolver nos Serviços de Urgência do futuro HCA os problemas de congestionamento que se têm verificado no actual Hospital Central de Faro? - *José Mendes Bota e Antonieta Guerreiro*

Notícias de Lisboa

PSD propõe novo modelo de mobilidade no Terreiro do Paço



O PSD na Câmara de Lisboa vai apresentar ainda este mês, uma proposta para um novo modelo de mobilidade no Terreiro do Paço, anunciou hoje o vereador Victor Gonçalves, à margem da última reunião do executivo do ano passado.

"O próprio vereador [da Mobilidade], Nunes da Silva, já disse que não concordava com o actual modelo de circulação, mas até agora ainda não se viram alterações", afirmou o vereador social-democrata, considerando que as alterações ao trânsito introduzidas no Terreiro do Paço "provocaram o caos em grande parte da cidade".

"Houve reflexos em toda a cidade. Admitimos que a Praça possa vir a ter limitações de trânsito, mas não se pode resolver esse problema sem encontrar solução para o trânsito a montante", acrescentou.

O vereador disse ter consciência de que "agora é mais difícil encontrar uma solução", mas sublinhou que antes das alterações no Terreiro do Paço deveria ter sido feito um estudo sobre as alternativas, "à semelhança do que aconteceu para a Baixa".

"Isto foi feito levemente", afirmou o vereador, que revelou que a proposta social-democrata sobre esta matéria deverá ser apresentada "no início do ano".

As alterações ao trânsito no Terreiro do Paço foram alvo de muitas críticas, sobretudo dos comerciantes da rua do Arsenal e do proprietário do histórico e secular café 'Martinho da Arcada', ameaçado de encerramento - *PL e Lusa*.

Notícias de Braga

Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” exortam Autarquia a celebrar “Contrato Social” com os Bracarenses



No final de um ano que volta a ficar marcado por uma significativa degradação das condições sociais e económicas para a esmagadora maioria da população do Concelho de Braga, em que se registou um manifesto incremento das situações de pobreza e um incontornável aumento do número de desempregados (muitos deles jovens licenciados), os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” expressam a sua “profunda apreensão quanto às perspectivas para o ano que se avizinha”.

“Quando o Governo Central se revela incapaz de conduzir políticas que promovam o desenvolvimento económico e a implementação de melhores respostas sociais, cabe aos organismos de proximidade – Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia – assegurar as soluções que melhor contribuam para responder a estes desafios e para o aumento do bem-estar das populações”, sugerem.

“Pena é, pois, que se é visível o enorme esforço desenvolvido por diversas Juntas de Freguesia para acorrer às dificuldades dos seus habitantes e a cultura de par-

ceria contínua existente com as entidades que já actuam no terreno que estas promovem, os Bracarenses tenham que se confrontar com uma Câmara Municipal com políticas socialmente amorfas e economicamente moribundas”, lamentam.

Daí que, em jeito de mensagem de Ano Novo, os Vereadores da equipa liderada por Ricardo Rio exortem a maioria socialista a inverter a sua postura e a celebrar um verdadeiro “Contrato Social” com os Bracarenses.

“Percebemos que, tal como os próprios admitiram, as Opções do Plano para 2010 foram feitas em cima do joelho e marcadas pela incerteza quanto à sua continuidade em funções após as eleições de Outubro último. Pois bem, permitam-nos a recomendação para que façam com elas o que tão bem têm sabido fazer com as facturas dos fornecedores e com alguns dos mais importantes projectos para o Concelho: guardem-nas na gaveta e adoptem um novo modelo de gestão, mais rigoroso, com mais sentido estratégico e com uma real capacidade de ir ao encontro dos problemas das pessoas”, sustentam.

De acordo com a equipa da Coligação, a Câmara Municipal tem que se assumir como aliada dos Bracarenses na mitigação das dificuldades financeiras que afectam um número considerável de famílias – o que requer a adopção de medidas concretas de alívio dos seus custos correntes – e como agente catalisador do investimento e da criação de emprego no Concelho, em ligação com as Universidades e o tecido empresarial (nos mais diversos sectores de actividade).

“Quanto mais não seja, a mudança do titular da pasta das Actividades Económicas deve contribuir para a ruptura com o imobilismo e a falta de arrojo que tem marcado as políticas de dinamização económica da Autarquia, o que conduziu a uma clara degradação da competitividade local e a uma excessiva dependência do sector da construção civil – cujas mais-valias enquanto cluster não têm também sido potenciadas pela Câmara Municipal”, defendem os Autarcas da Coligação.

Seja como for, os Vereadores da Coligação formulam votos de que os Bracarenses possam ter um novo ano pleno de realizações pessoais e bem melhor que o anterior.

“Os bons exemplos começam dentro de casa”

Em coerência com os princípios defendidos de há muitos anos a esta parte, os Vereadores da Coligação reiteram a defesa da ideia de que a Câmara Municipal tem que continuar a apostar na melhoria das condições de trabalho de todos os seus colaboradores – nos serviços da Autarquia, como nos Bombeiros, na Polícia Municipal ou nas Empresas Municipais – assim contribuindo

para que estes possam prestar um serviço de excelência aos cidadãos.

“Para lá de conferir maior estabilidade e confiança a serviços cuja liderança e funcionamento tem vindo a ser posta em causa por diversos motivos, de cumprir os compromissos assumidos em matéria de progressões na carreira e de apostar a sério na formação dos seus colaboradores, deve a Câmara assumir-se como organização socialmente responsável e desenvolver políticas proactivas de apoio aos seus actuais e antigos colaboradores”, referem.

Neste âmbito, puderam os Vereadores da Coligação reunir com o Presidente da Direcção do Fundo Social da Câmara Municipal de Braga, Fernando Arménio, na véspera de Natal, do qual receberam a indicação de que esta organização pretende apostar na criação de respostas sociais de apoio aos seus associados. Entre outras, uma das questões mais prementes prende-se com a criação de estruturas de apoio aos colaboradores que entram na reforma.

Em contrapartida, os Vereadores da Coligação solicitaram a Fernando Arménio que o Fundo Social procedesse à entrega de um “kit Recém-Nascido” oferecido por esses Autarcas ao primeiro bebé filho de um(a) associado(a) do Fundo Social que nascesse após o Natal.

Este gesto simbólico pretendeu invocar o compromisso assumido no decurso do período pré-eleitoral pela Coligação “Juntos por Braga” de apoio à criação de uma creche para os filhos dos colaboradores da Câmara e Empresas Municipais, projecto para o qual esperam poder sensibilizar a maioria socialista no decurso do presente mandato autárquico. - *Os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga”*

Notícias de Coimbra

PSD contra a co-incineração na cimenteira de Souselas

Os deputados do PSD eleitos pelo círculo de Coimbra reuniram-se na segunda-feira na Câmara Municipal, manifestando “inteira sintonia” com a autarquia local contra a co-incineração de resíduos industriais perigosos na cimenteira de Souselas.

“Está em causa o princípio da necessidade. Contestamos esta ideia de que a única solução para os resíduos industriais perigosos é a co-incineração”, disse à agência Lusa o deputado social-democrata Paulo Mota Pinto.

Em análise estiveram, igualmente, os Centros de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIVER), solução defendida pelo PSD, mas que, frisou Paulo Mota Pinto, “tem tido alguns obstáculos ao licenciamento”.

O também vice-presidente social-democrata advoga a entrada em funcionamento dos CIVER “para se perceber a necessidade da co-incineração”.

“Mas o Governo não tem feito o suficiente para apurar se ela é necessária ou não. Só depois dos CIVER estarem a funcionar é que se pode actuar”, advogou Paulo Mota Pinto.

Da agenda da reunião constou, igualmente, o financiamento dos sistemas municipalizados de transportes públicos em cidades com mais de 100 mil habitantes.

Paulo Mota Pinto frisou que ao contrário de Lisboa (Carris) e Porto (STCP), empresas detidas pelo Estado, os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) “não recebem financiamento público”.

“Estamos a estudar a forma de acabar com esta injustiça”, declarou.

Na reunião foram ainda abordados temas como a necessidade de financiamento para a reabilitação urbana bem como o nível de execução do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), na região centro, “muito abaixo do aceitável”. - Fonte: Lusa



Notícias de Viseu

Deputados do PSD revoltados com o esquecimento contumaz do Governo em relação à Faculdade de Medicina pedida para a cidade

Os deputados do PSD eleitos por Viseu mostraram-se revoltados por o Governo não ter optado, mais uma vez, pela capital de distrito para criar um curso de Medicina.

Numa carta enviada ao ministro da Ciência e Ensino Superior por Almeida Henriques em nome de todos os deputados do círculo eleitoral, é criticado o facto de o Governo ter decidido abrir novo curso de Medicina em Aveiro sem ligar às ambições e condições de Viseu.

Asseguram que não são movidos por “qualquer sentimento contra Aveiro, cidade irmã de Viseu”, mas sim por “um sentimento de revolta” face ao ministro e ao Governo a que pertence.

“Hoje não temos dúvidas de que tem algo contra Viseu, sempre nos prejudicou nos dez anos de governação que leva” porque “nunca atendeu às inúmeras solicitações que lhe fizemos” e ignorou

as excelentes condições de Viseu no domínio da saúde, designadamente o facto de termos um hospital central, a Universidade Católica com um excelente curso de Medicina Dentária e uma Escola Superior de Saúde com vontade de crescer”, argumentam.

Os deputados lembram também a “situação caricata do Instituto Piaget, com instalações prontas, algumas equipadas, há vários anos à espera de decisão, com dezenas de estagiários que por aqui têm passado, formados em África” e “com bons estágios” no hospital de Viseu.

“É caso para perguntar o que move vossa excelência contra Viseu para nos prejudicar desta maneira?”, questionam, considerando que, em quase dez anos, o ministro ficou a conhecer “como ninguém as ambições de Viseu”.

Recordam que, durante o Governo de António Guterres,

“apesar do enorme esforço desenvolvido por Viseu para apresentar uma boa candidatura à instalação da Faculdade de Medicina, estudo que foi conduzido pelo Dr. Correia de Campos, decepcionou os viseenses optando pela Covilhã”.

“Com a vitória do PSD e com o Governo do Dr. Durão Barroso, deitámos mãos à obra e construímos uma boa solução com base no trabalho de um excelente grupo liderado pelo Dr. Veiga Simão, situação que levou à aprovação de uma resolução que criava a Universidade de Viseu em 17 de Maio de 2004, numa solução inovadora e criativa”, acrescentam, lamentando que depois o Governo socialista tenha decidido não criar mais nenhuma universidade na X legislatura.

Os sociais-democratas referem que, ainda no anterior Governo, houve “mais uma oportunidade de contemplar Viseu com uma

Faculdade de Medicina, mas a decisão apontou para outras paragens”, o Algarve.

“Agora, apesar de nunca termos deixado cair os braços, das inúmeras moções aprovadas por unanimidade na Assembleia Municipal de Viseu e de o assunto se ter mantido sempre na ordem do dia para todos nós, sabemos pela comunicação social que seria criado mais um curso de Medicina, desta feita na Universidade de Aveiro”, acrescentam.

Neste âmbito, exigem ao ministro “que seja encontrada rapidamente uma solução para o ensino universitário em Viseu”, mostrando-se disponíveis para ajudar a encontrar o modelo.

As críticas dos deputados do PSD seguem-se às do presidente da Câmara de Viseu, Fernando Rua, que segunda-feira também lamentou que a cidade tenha mais uma vez sido esquecida. - Fonte: Lusa

Era nosso até 2074...

Consulado de Sevilha: relegado ao rés-do-chão e cave de um edifício icónico...



O Consulado-geral de Sevilha passa a escritório consular e deixa o primeiro andar de um edifício histórico no centro da cidade para ocupar apenas o rés-do-chão e a cave. A simbologia histórica do imóvel, construído para albergar o pavilhão de Portugal na exposição de 1929, está a gerar críticas do meio diplomático.

A reforma consular continua a gerar polémica. O secretário de

Estado das Comunidades portuguesas, António Braga, deslocou-se a Sevilha para entregar parte do edifício histórico onde funciona o consulado português à câmara daquele município espanhol. Um consulado que vai passar a escritório consular e que, segundo fonte oficial da secretaria de Estado das Comunidades não representa qualquer redução dos serviços prestados aos cidadãos. Afirmção da qual todos os portugueses residentes na zona, duvidam muito...

No entanto, outra fonte diplomática referiu que em causa está sobretudo o simbolismo de um edifício histórico, construído para albergar o Pavilhão de Portugal na Exposição Universal de Sevilha de 1929. Era também um dos raros espaços de que o governo português dispunha para actividades culturais em Espanha. Situa-se no centro da cidade, num magnífico parque, e é cobijado por interesses económi-

cos. Há quatro anos, foi lá que tiveram lugar as cerimónias oficiais do 10 de Junho.

Fonte oficial da secretaria de Estado das Comunidades esclareceu ao DN que António Braga se desloca apenas numa visita de cortesia, porque a assinatura do acordo com o município de Sevilha para que o consulado deixe de ocupar o primeiro andar do edifício e fique apenas com o rés-do-chão e as caves já foi assinado há vários meses. O primeiro piso passa para as mãos do município espanhol e o rés-do-chão vai continuar a ser ocupado pelos serviços de atendimento ao público. As caves, que até agora não eram portuguesas, passam a funcionar como arquivo do escritório consular e podem ser usadas também para exposições, explicou.

António Martins da Cruz, que já foi embaixador em Espanha, lembra, contudo, ao DN que é no primeiro piso que existe uma grande sala abobadada, com capacidade para cerca 500 pessoas. E onde se podem realizar eventos culturais. Na sua opinião, o espaço poderá agora ser ocupado pelos espanhóis para albergar um museu ou exposições.

Embora assuma que o número de portugueses que vive na região não justifique a existência de um consulado, Martins da Cruz diz que

os embaixadores portugueses e o MNE "deviam ter negociado a permanência de Portugal" nesse piso. "Por duas razões: a simbologia histórica e o facto de ser um consulado na capital de uma região, que faz fronteira com Portugal.

O contrato de cedência graciosa de parte do edifício a Portugal - porque noutra parte funcionaram sempre serviços do município - firmado, depois da Guerra Civil Espanhola, com sucessivas renovações, não compreende outro uso que não o consular.

O edifício foi cedido depois da exposição de 1929 para uso como consulado português por um período de 75 anos e em 2004, o acordo foi renovado para uso do edifício durante mais 50 anos, onde se refere explicitamente que "a República portuguesa tem de utilizar este edifício para o consulado-geral de Portugal", sob pena deste regressar à autarquia de Sevilha.

Com esta última mudança, o acordo mantém-se, mas o Governo ordenou a mudança para o rés-do-chão e para a cave, deixando o piso nobre para o Município de Sevilha.

O edifício que está agora a gerar polémica fica localizado na esquina da Avenida El Cid com a Avenida de Portugal, no Parque da Exposição Universal de 1929- *Ana Tomás Ribeiro* ©

Carlos Gonçalves receia o encerramento do Consulado em Sevilha

O deputado social-democrata pela Europa disse hoje recear que o Governo encerre em breve o consulado português em Sevilha e apelou ao "bom senso" para evitar o que considera um erro para as relações com Espanha.

"Receio por um eventual encerramento a curto prazo do consulado de Portugal em Sevilha", disse Carlos Gonçalves à Agência Lusa no final de uma visita de dois dias à capital da Andaluzia, em que manteve encontros com a comunidade

portuguesa e autoridades locais.

"Se considerarmos que a Espanha é a prioridade das prioridades da nossa política externa e sabendo que as relações transfronteiriças entre a Andaluzia, o Alentejo e o Algarve estão na fase

de maior desenvolvimento de sempre, considero que é necessário algum bom senso em relação ao desejo do Governo de encerrar o consulado de Sevilha", acrescentou.

O parlamentar social-democrata recordou que a decisão de encer-

rar o consulado foi tomada em Conselho de Ministros e nunca revogada e que em Setembro houve já uma primeira tentativa para o fecho da estrutura quando o Governo renegociou o acordo com as autoridades da Andaluzia, cedendo parte das instalações à Câmara de Sevilha.

Fonte do gabinete do secretário de Estado das Comunidades, António Braga, explicou na altura à agência Lusa que no edifício sempre funcionaram em simultâneo o Consulado de Portugal e a autarquia.

A mesma fonte adiantou que o agora Escritório Consular, por ter atendimento ao público, se manterá no rés-do-chão, passando o primeiro andar, onde funcionava o escritório do cônsul, para a autarquia sevilhana. Foram ainda acrescentadas as

caves para arquivo e espaço para exposições.

Ainda assim, Carlos Gonçalves disse à Lusa que o que o sentimento na Andaluzia é de "mais dia, menos dia" o consulado fechará.

"Há um conjunto de pessoas portuguesas e espanholas ligadas às relações entre Portugal e a Andaluzia que manifestam claramente a sua preocupação pelo encerramento do consulado e, havendo uma nova legislatura, pedem que seja repensada a decisão", sublinhou.

Carlos Gonçalves aponta ainda a questão das instalações do consulado, situado na esquina da Avenida El Cid com a Avenida de Portugal, num edifício magnífico, de arquitectura barroca.

Carlos Gonçalves, que já ques-

tionou o Governo sobre este assunto, disse à Lusa que irá agora recuperar o requerimento que apresentou em Setembro na Assembleia da República por não ter obtido resposta até ao momento.

O deputado considera ainda que além de não fechar Sevilha, Portugal deveria criar uma estrutura consular em Mérida, na Extremadura. - *Fonte: Gab. Imp. GP/PSD*



Comunicado dos TSD

TSD acusa Sócrates de "ataque violentíssimo" ao PR



Os Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD), estrutura sindical do PSD, acusaram hoje o primeiro-ministro e secretário-geral do PS, José Sócrates, de ter mandado "desferir um ataque violentíssimo ao Presidente da República".

Num comunicado intitulado "O Presidente da República tem razão/O PS está autista e provocador", os TSD defendem que Cavaco Silva fez "muito bem" ao afirmar que a sua atenção estava no desemprego, no endividamento e na situação orçamental e económica do país, ao ser questionado sobre o casamento entre homossexuais.

No domingo, o dirigente socialista Sérgio Sousa Pinto reagiu a esta resposta de Cavaco Silva considerando que o Presidente da República "tem a liberdade de ter a sua posição pessoal" sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo, "mas já não terá o direito de se intrometer na agenda dos partidos e, no caso vertente, do PS".

"Os portugueses não escolhe-

ram o PS para formar Governo para que a agenda do Governo e do PS fosse determinada pelo senhor Presidente da República", acrescentou Sérgio Sousa Pinto.

Segundo os TSD, que têm Arménio Santos como secretário-geral, "qualquer cidadão comum concordará" com as preocupações que Cavaco Silva expressou, "porque são de facto os grandes problemas com que o país se confronta".

"O engenheiro Sócrates, com total despropósito, mandou um porta-voz de segunda linha desferir um ataque violentíssimo ao Presidente da República", acusa a estrutura sindical do PSD, numa alusão às palavras de Sérgio Sousa Pinto.

Os TSD elogiam o Presidente da República pelo "sentido nacional de dizer publicamente o que

pensa" sobre os problemas do país e apontam o combate ao desemprego como prioridade.

"Num momento em que centenas de milhares de famílias vêem os seus sonhos arruinados, com os empregos perdidos e a miséria e com a miséria envergonhada a angustiar-lhe a vida, quais são as prioridades do Governo? Casamento dos gays!", alegam.

"O autismo e o estilo provocatório do Governo revelam que não tem consciência dos verdadeiros dramas de muitos portugueses e que, em vez de governar, prefere criar e alimentar querelas e vitimizar-se para tentar colher vantagens junto da opinião pública. O que significa que é um Governo sem rumo e que não está à altura dos difíceis problemas nacionais", concluem os TSD. - *Gab. Imp. TSD*

Direcção Financeira Admite Colaborador

Para desempenhar funções ao nível da contabilidade geral e consolidação.

Pretende-se jovem dinâmico(a), com espírito de iniciativa e disponibilidade para deslocações frequentes em território nacional.

Preferencialmente com formação superior em Contabilidade.

Dá-se prioridade a conhecimentos no software Primavera na óptica do utilizador

Carta de condução.

Oferece-se remuneração compatível com a experiência apresentada, e integração em equipa jovem.

Resposta através de envio de C.V. para o Departamento de Recursos Humanos na Rua de S. Caetano, n°9 - 1249-087 Lisboa -

Direcção Financeira

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça - feira até 12h00

Para: Fax: 21-3973168

Email: convocatorias@psd.pt



**ALCANENA
ADENDA**

Por motivos de força maior, vimos por este meio rectificar o local de votação para os Órgãos Distritais e também para os Órgãos Concelhios do PSD, de Alcanena, marcado para dia 22 de Janeiro.

Assim, o local onde decorrerão os actos eleitorais será no Auditório Municipal de Alcanena, e não na Rua Justino Guedes, n° 6, como constava na Convocatória.

Mais se informa que todos os militantes da Secção serão informados da alteração do local de votação por via postal.

**ALFENA / NÚCLEO
Valongo**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Alfena para reunir no próximo dia 06 de Fevereiro de 2010, (sábado) pelas 16h00, na sede, sita à Rua de S. Vicente, 2573, em Alfena, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Núcleo de Alfena

Notas:

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede concelhia, sita à Rua Rodrigues de Freitas, 870, em Ermesinde, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, dia em que essa sede estará aberta entre as 21h00 e as 24h00.

- As urnas estão entre as 16h00 e as 22h00.

ALMEIRIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Almeirim, para reunir no próximo dia 06 de Fevereiro de 2010 (sábado), pelas 15h00, na Trav. da Olaria, 7, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede que se encontra aberta, nesse dia, para o efeito entre as 23h00 e as 24h00

As urnas estão abertas das 15h00 às 17h00.

AMADORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Amadora para reunir no próximo dia 21 de Janeiro de 2010 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Av. 11 de Setembro, Loja 16-A, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Análise da situação política

2 – Discussão e aprovação do relatório de contas 2009

AMADORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção da Amadora, para reunir no próximo dia 09 de Fevereiro de 2010 (terça-feira), pelas 18h00, na sede concelhia, sita na Av. 11 de Setembro, Loja 16-A, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00.

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 15 de Janeiro de 2010



Convocatórias

(sexta-feira), pelas 21h15 h, na sede concelhia, sita na Rua D. João de Castro, Loja 2 D, na Freguesia de Santo André, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Aprovação das Contas de 2009 e Orçamento para 2010
- 3 - Análise da situação político-partidária

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Cabeceiras de Basto, para reunir no próximo dia 23 de Janeiro de 2010 (sábado), pelas 21h00, na sede concelhia, sita no lugar do Quinchoso, em Refojos de Basto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Apreciação e votação do Relatório e Contas da Secção de 2009
- 2 – Análise da situação política

LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Lagos, para reunir no próximo dia 06 de Fevereiro de 2010 (sábado), pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua Soeiro da Costa, n.º 48, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, na sede da Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00.

VIEIRA DO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Vieira do Minho, para reunir no próximo dia 23 de Janeiro de 2010 (sábado), pelas 21h00, no Salão do Restaurante Belavista, nas Cerdeirinhas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Análise da situação política

VIEIRA DO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Vieira do Minho, para reunir no próximo dia 20 de Fevereiro de 2010 (sábado), pelas 21h00, na sede da Secção, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia de Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, na sede da Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00.

VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ / NÚCLEO

Santiago do Cacém

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Vila Nova de Santo André, para reunir no próximo dia 06 de Fevereiro de 2010, (sábado) pelas 15h00, na Sede do Núcleo, sita no Bairro Azul, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo;

Nota:

As listas das candidaturas, deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política da Secção de Santa Maria da Feira, no Largo Almeida Garrett, n.º 1 – Santiago do Cacém, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta para o efeito até às 24h00

As urnas estão abertas entre as 15h00 e as 18h00.



VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos em vigor da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Vagos, para reunir no dia 13 de Fevereiro de 2010, pelas 15h30, na Sede do PSD de Vagos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Congresso, ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das subscrições nos termos estatutários.

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h30 e as 17h30.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD
(Daniel Fangueiro)

NÚCLEO DE CANEDO – S. MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário do Núcleo Residencial de Canedo, para reunir no dia 12 de Fevereiro de 2010 (sexta-feira), pelas 20 horas, na Sede da JSD Canedo, sita na Rua das Garagens, em Canedo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos políticos do Núcleo, Mesa e Comissão Política de Núcleo.

Notas:

As listas candidatas a sufrágio deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Plenário do Núcleo de Canedo, sita na Rua das Garagens, em Canedo, Santa Maria da Feira, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta para o efeito das 22h00 às 24 horas.

As urnas estarão abertas das 20h00 às 23 horas.

O Presidente da Mesa de Plenário de Núcleo
(Ricardo Correia Colaço)

VIEIRA DO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos, convoco o Plenário de Secção de Vieira do Minho, para uma reunião dia 20 de Fevereiro de 2010, pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD Vieira do Minho, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, de acordo com os Estatutos e Regulamentos da JSD.

As urnas estarão abertas das 21 horas às 22h30m.

O Presidente do Conselho Distrital de Braga
(João Miguel Sá)